



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO
Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS

246ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social

Ata da ordem do dia 17 e 18 de agosto de 2016

Brasília – DF

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO
Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS

Ata da 246ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social

Local: Esplanada dos Ministérios, Anexo do Bloco F, 1º Andar. Brasília – DF.

Data: 17 e 18/08/2016

1 Aos dezessete e dezoito dias do mês de agosto de dois mil e dezesseis teve início a 246ª Reunião
2 Ordinária do Conselho Nacional de Assistência - CNAS, sob a Coordenação da Conselheira Sra.
3 Carmen Lúcia Lopes Fogaça, Vice-Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social,
4 Representante da Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos. Estiveram presentes
5 os seguintes Conselheiros (as) Titulares e Suplentes: Conselheiro Titular Alberto Albino dos Santos,
6 Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário - MDSA; Conselheira Suplente
7 Dionara Borges Andreani, Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário -
8 MDSA; Conselheira Titular Mariana de Sousa Machado Neris, Representante do Ministério do
9 Desenvolvimento Social e Agrário - MDSA; Conselheira Suplente Mirian da Silva Queiroz Lima,
10 Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário - MDSA; Conselheira Suplente
11 Raquel de Fátima Antunes Martins, Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e
12 Agrário - MDSA; Conselheiro Titular Luis Otávio Pires de Farias, Representante do Ministério do
13 Desenvolvimento Social e Agrário – MDSA; Conselheira Suplente Maria Cristina de Oliveira
14 Marques, Representante do Ministério da Saúde; Conselheiro Titular Felipe Santori Sigollo,
15 Representante do Ministério da Educação - MEC; Conselheira Titular Solange Teixeira,
16 Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário - MDSA; Conselheira Suplente
17 Laís Maranhão Santos Mendonça, Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e
18 Agrário - MDSA; Conselheiro Titular César Augusto de Oliveira, Representante do Instituto
19 Nacional do Seguro Social – INSS/MDSA; Conselheira Suplente Samantha Oliveti de Goes,
20 Representante do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS/MDSA; Conselheira Titular Célia
21 Maria de Souza Melo Lima, Representante do Fórum Nacional dos Secretários de Estado da
22 Assistência Social - FONSEAS; Conselheira Suplente Maira Leiliane Oliveira Almeida, Representante
23 do Fórum Nacional dos Secretários de Estado da Assistência Social - FONSEAS; Conselheira Titular
24 Márcia Cristina Leal Góes, Representante do Colegiado Nacional de Gestores Municipais -
25 CONGEMAS; Conselheiro Suplente Sávio Angelin Pereira, Representante do Colegiado Nacional de
26 Gestores Municipais - CONGEMAS; Conselheiro Titular Clodoaldo José Oliva Muchinski,
27 Representante da Fundação Fé e Alegria do Brasil; Conselheiro Suplente Maurício José Silva
28 Cunha, Representante do Centro de Assistência e Desenvolvimento Integral - CADI; Conselheiro
29 Titular Carlos Nambu, Representante da Inspeção São João Bosco; Conselheira Suplente Silvia
30 Regina Ramirez, Representante da Fundação Projeto Pescar; Conselheira Titular Norma Suely de
31 Souza Carvalho, Representante da Capemisa Instituto de Ação Social; Conselheira Suplente Edna
32 Aparecida Alegro, Representante da Federação Nacional das Associações Pestalozzi -
33 FENAPESTALOZZI; Conselheira Titular Maria José Vasconcelos Barreto Carvalho, Representante do

34 Fórum Estadual de Usuários do SUAS de Sergipe – FEUSUAS/SE; Conselheira Titular Rosângela
35 Maria Soares dos Santos, Representante do Fórum Nacional dos Usuário de Assistência Social –
36 FNUSUAS/PA; Conselheira Suplente Tathiane Aquino Araújo, Representante da Rede Nacional de
37 Pessoas Trans do Brasil – REDE TRANS/SE; Conselheira Suplente Elisa Maciel Costa, Representante
38 da Associação Mayle Sara Kali; Conselheira Titular Luziana Carvalho de Albuquerque Maranhão,
39 Representante do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional - COFITO; Conselheiro
40 Suplente Mário Lúcio Souto Lacerda, Representante Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do
41 Brasil - CTB; Conselheira Titular Clátia Regina Vieira, Representante da Federação Nacional dos
42 Empregados em Instituições Benéficas, Religiosas e Filantrópicas - FENATIBREF; Conselheiro
43 Suplente Leovane Gregório, Representante do Conselho Federal de Psicologia - CFP; Conselheiro
44 Titular Benedito Augusto de Oliveira, Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores
45 da Seguridade Social - CNTSS; Conselheiro Suplente Josenir Teixeira, Representante do Conselho
46 Federal da Ordem dos Advogados do Brasil/DF. Ouvintes e/ou convidados: Sra. Gabriella
47 Kashiwiahun, Representante da Universidade Federal de Brasília – UnB; Sra. Marly Pulini da Costa,
48 Representante do CONSEAS/SP; Sra. Maria Silvia C. Boscamo, Representante da FEBRAEDA; Sr.
49 Wagner C. de Santana; Representante do CONSEAS/SP; Sra. Emilem O. Araújo, Representante da
50 Sociedade Bíblica do Brasil; Sra. Rosenéia Cardozo, Representante da Sociedade Bíblica do Brasil;
51 Sr. José Geraldo, Representante do IPEA; Sr. Tallys Viana Costa, Representante da Confederação
52 Nacional de Municípios – CNM; Sra. Sheila dos Santos, Representante do COMAS/SP; Cátia Cristina
53 Dias da Silva, Representante do COMAS/PMCP/SNS; Sra. Ana Lúcia Basílio Santos, Representante
54 do CEAS/GO; Sra. Heloisa Alves Ribeiro, Representante do CEAS/GO; Sr. André Yosan,
55 Representante do DGSUAS/SNAS. **ABERTURA 17/08/2016:** A Conselheira Carmen Lúcia Lopes
56 Fogaça, Vice-Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social, Representante Titular da
57 Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos, iniciou a Plenária do Conselho Nacional
58 de Assistencial Social – CNAS cumprimentando a todos e passando a palavra a Secretária-Executiva
59 do CNAS para verificação do quórum. A Sra. Maria das Mercês de Avelino Carvalho, Secretária-
60 Executiva do CNAS/MDSA, cumprimentou os presentes e realizou a leitura da lista dos
61 Conselheiros presentes, confirmando o quórum. A Sra. Carmen Lúcia Lopes Fogaça informou que
62 está presente o novo Conselheiro Titular Representante do Instituto Nacional do Seguro Social –
63 INSS/MDSA, Sr. César Augusto de Oliveira, e sua suplente Sra. Samantha Oliveti de Goes; o novo
64 Conselheiro Titular Representante do Ministério da Educação - MEC, Sr. Felipe Satori Sigollo, e o
65 novo Conselheiro Suplente Representante do Colegiado Nacional de Gestores Municipais -
66 CONGEMAS, Sr. Sávio Angelim Pereira. Após as apresentações, os novos Conselheiros realizaram
67 uma breve explanação e a Sra. Carmen Lúcia Lopes Fogaça seguiu para aprovação da Ata da última
68 reunião. Ponderou que foi realizado um ajuste, inserido o nome da Conselheira Elisa Maciel Costa
69 e não havendo nenhuma manifestação, a ata foi aprovada. Comunicou que a pauta é composta
70 por: Dia 17/08/2016: 9h30 as 12h00 – Informes da Presidência Ampliada da Secretaria Executiva,
71 MDSA, FONSEAS, CONGEMAS, CIT e dos Conselheiros; 14h00 as 16h30 – Apresentação do
72 Programa Primeira Infância; 16h30 as 18h00 – Apresentação sobre o Marco Regulatório das
73 Organizações da Sociedade Civil. Dia 18/08/2016: 9h00 as 10h00 – Relato da Presidência
74 Ampliada; 10h00 as 12h00- Relato da Comissão de Finanças, Orçamento e Assistência; 14h00 as
75 15h00 – Relato da Comissão de Política de Assistência; 15h00 as 16h00 – Relato Comissão de
76 Acompanhamento aos Conselhos de Assistência; 16h00 as 17h00 – Relato da Comissão de

77 Acompanhamento e Benefício; 17h00 as 18h00 – Relato da Comissão de Normas da Assistência.
78 Observou que a Secretária Nacional da Assistência Social, Sra. Maria do Carmo Brant de Carvalho,
79 realizará os seus informes no período da tarde, visto que a tarde a mesma realizará a
80 apresentação do Programa Primeira Infância. Questionou se algum Conselheiro haveria alguma
81 proposta de alteração da pauta e o Conselheiro Carlos Nambu, Representante Titular da Inspetoria
82 São João Bosco, sugeriu a inclusão na pauta do informe da Comissão de Ética. A Vice-Presidente
83 Carmen Lucia Lopes Fogaça afirmou que o informe foi incluído e compreendeu que o mesmo
84 poderia ser realizado ainda hoje, caso haja um período disponível na parte da manhã. O Sr. Carlos
85 Nambu articulou que precisam apenas aguardar a chegada do Coordenador da Comissão.
86 Iniciando o informe da Presidência Ampliada da Secretaria Executiva, a Sra. Maria das Mercês de
87 Avelino Carvalho explanou que foram justificadas as ausências do Presidente do CNAS, Sr. Fábio
88 Moassab Bruni, devido a férias; do Conselheiro Samuel Rodrigues devido a sua participação no III
89 Congresso do Movimento Nacional de População de Rua no período de 16 a 19 de agosto; da
90 Conselheira Dionara Borges Andreani, no dia 18 de agosto, devido a compromissos institucionais;
91 da Conselheira Solange Teixeira, no dia 17 de agosto, devido a compromissos institucionais; e da
92 Conselheira Elisa Maciel Costa, no dia 17 de agosto, devido a compromissos institucionais.
93 Postulou que as Conselheiras Solange Teixeira e Luziana Carvalho de Albuquerque Maranhão
94 foram convocadas e participaram da Reunião Regional do Conselho Nacional de Assistência Social
95 com os Conselhos Estaduais de Assistência Social e do Distrito Federal – Região Centro-Oeste nos
96 dias 21 e 22 de julho em Cuiabá, sendo que o Presidente do CNAS também participou dessa
97 reunião. Arrazoou que as Conselheiras Solange Teixeira e Maria José Vasconcelos Barreto Carvalho
98 e o Conselheiro Leovane Gregório foram convocados e participaram da Reunião Regional do CNAS
99 com CEAS – Região Nordeste nos dias 26 e 27 de julho em Terezina/PI, com a participação também
100 do Presidente do CNAS. Relatou que a Conselheira Luziana Carvalho de Albuquerque Maranhão foi
101 convocada e participou da Reunião Interconselhos do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e
102 Nutricional no dia 27 de julho em Brasília/DF e que, os Conselheiros Nacionais Titulares e
103 Suplentes foram convocados para 146ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência
104 Social, no período de 16 a 18 de agosto, em Brasília. Discorreu que os Conselheiros Nacionais que
105 integram a Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda foram
106 convocados para a reunião no dia 15 de agosto, de 14h00 as 18h00, em Brasília e que, o
107 Conselheiro Leovane Gregório foi convocado para participar da 148ª Reunião Ordinária da CIT,
108 com a função de acompanhar a referida reunião, realizada no dia 03 de agosto, em Brasília.
109 Notificou que as Conselheiras Carmen Lúcia Lopes Fogaça, Rosângela Maria Soares dos Santos e
110 Márcia Cristina Leal Góes e o Conselheiro Leovane Gregório foram convocados para participar da
111 Reunião Regional do CNAS com o CEAS-Região Norte nos dias 25 e 26 de agosto, em Porto
112 Velho/RO e que, as Conselheiras Silvia Regina Ramirez e Solange Teixeira foram convocadas para
113 participar da Reunião Regional do CNAS com o CEAS – Região Sul/Sudeste nos dias 30 e 31 de
114 agosto, em Belo Horizonte/MG, visto que o Presidente do CNAS também participará da reunião.
115 Apresentou os *e-mails* que foram enviados aos Conselheiros e articulou que no dia 29 de julho, as
116 10h00, na sala 101 do CNAS, foram recebidos os representantes do Sindicato dos Servidores
117 Públicos da Assistência Social do Governo do Distrito Federal para dialogar sobre a Lei nº 5.184 de
118 2013, que aponta a ideia de extinguir o cargo auxiliar de assistente social e ainda sobre orçamento
119 para a Assistência Social em 2017. Postulou que o CNAS enviará ao Presidente do Sindicato a Ata

120 da Reunião Plenária de dezembro de 2013, que discutiu sobre a Resolução CNAS nº 09 de 2014,
121 que ratifica e reconhece as ocupações e as áreas de ocupações profissionais do ensino médio do
122 SUAS em consonância com a NOB/RH SUAS, e cópia do Ofício Circular CNAS nº 02 de 2016
123 encaminhado ao CEAS e CAS/DF recomendando a manutenção do orçamento da Assistência Social
124 para 2017. Articulou também que no dia 11 de agosto, as 15h00, na sala 105 do CNAS, a Secretaria
125 Executiva do CNAS atendeu a professora Dra. Deborah Resende de Almeida do Instituto de Ciência
126 Política da UnB, em que a professora informou que pesquisa as instituições participantes há alguns
127 anos e que atualmente o seu foco de pesquisa são as mídias sociais e sua utilização pelos
128 Conselhos Nacionais. A mesma relatou que o CNAS é o mais atuante no *facebook* e possui a página
129 mais curtida entre os Conselhos Nacionais e solicitou algumas informações sobre a utilização das
130 mídias sociais pelos CNAS, bem como *site*, *facebook* e *blogs* e os gráficos da página do *facebook*
131 referente ao seu público, faixa etária e países que a acompanham. Explanou que a Secretaria
132 Executiva esclareceu a professora que sobre a utilização das ferramentas pelo CNAS e elaborou
133 um relatório sobre as suas mídias sociais, disponibilizando-as para a mesma, que se comprometeu
134 em enviar para o Conselho o material final da pesquisa. Arrazoou que são aniversariantes do mês
135 de agosto: a Conselheira Márcia Cristina Leal Góes no dia 19. Solicitou a todos os Conselheiros que
136 observem o mural com alguns avisos elaborados pela Secretaria Executiva na sala dos
137 Conselheiros e discorreu que a Diretoria da Informação do MDSA está trabalhando com a
138 solicitação de *wifi* para visitantes, porém, ainda não conseguiram viabilizar com a potência
139 necessária. Prosseguindo para o informe do FONSEAS, Conselheira Célia Maria de Souza Melo
140 Lima, Representante do Fórum Nacional dos Secretários de Estado da Assistência Social -
141 FONSEAS, cumprimentou a todos e ponderou que o FONSEAS realizou uma reunião no dia 02 de
142 agosto, em que foi discutido sobre o Pacto de Aprimoramento do SUAS Estadual do período de
143 2016/2019. Elucidou que foi elaborada uma Comissão de Assessoria Técnica para o FONSEAS com
144 representantes técnicos de referência do SUAS de cada região para aprofundar todas as
145 propostas, sendo que já foi concluída uma proposta preliminar com base na proposta apresentada
146 pela SNAS, bem como com as 16 metas relacionadas aos estados que estão no Plano Decenal da
147 Política de Assistência Social e as propostas do Encontro Nacional do FONSEAS. Postulou que na
148 reunião receberam a Frente Nacional em Defesa do SUAS, que apresentou a situação atual e
149 receberam o Ministro Osmar Terra e a Secretaria Nacional da Assistência Social, que apresentou
150 sobre o Programa Criança Feliz. Relatou que o encaminhamento retirado pelo FONSEAS em
151 relação ao programa foi de que na CIT fosse formado uma Câmara Técnica para formatar o mesmo
152 no âmbito da Assistência Social, por se tratar de um programa intersetorial. Informou que a
153 próxima Reunião Ordinária do FONSEAS será realizada no dia 05 de outubro e que a reunião dos
154 Secretários e do Grupo Técnico será realizada no dia 04 de outubro. A Conselheira Maira Leiliane
155 Oliveira Almeida, Representante do Fórum Nacional dos Secretários de Estado da Assistência
156 Social – FONSEAS, cumprimentou aos presentes e acrescentou que a nova formatação que o
157 Fórum de Gestores Estaduais está tendo, com Câmaras Técnicas, é muito importante para
158 qualificar o trabalho do mesmo. Em relação aos informes do CONGEMAS, Conselheira Márcia
159 Cristina Leal Góes, Representante do Colegiado Nacional de Gestores Municipais - CONGEMAS,
160 realizou a leitura da Nota de Esclarecimento do Colegiado em relação à Nota de Repúdio
161 apresentada na reunião de julho e informou que a Diretoria se reuniu com a Secretária Nacional
162 de Assistência, no dia 23 junho, levando a importância da discussão do Pacto de Aprimoramento e

163 as iniciativas em defesa do SUAS. Relatou que estão fechando alguns eventos que serão realizados
164 ainda nesse semestre e que, serão informados posteriormente. O Conselheiro Leovane Gregório,
165 Representante do Conselho Federal de Psicologia - CFP, notificou que a reunião da CIT aconteceu
166 no dia 03 de agosto com a seguinte pauta: discussão sobre o Decreto nº 8.805 do BPC, alteração
167 da Resolução CIT nº 21 de 2013, apresentação das diretrizes do Programa Nacional da Primeira
168 Infância e os informes do MDSA, CNAS, FONSEAS e do CONGEMAS. Em relação ao Decreto e as
169 diretrizes do Programa Nacional da Primeira Infância, arrazoou que foi estabelecido à criação de
170 uma Câmara Técnica para discutir e aprofundar a questão. Ilustrou que o MDSA apresentou uma
171 minuta de resolução em relação à alteração da Resolução CIT nº 21, entretanto, não foi possível
172 pactuá-la devido à necessidade de apreciação do CONGEMAS e do FONSEAS. Discorreu que a
173 Câmara Técnica criada tem a previsão de se reunir no dia 22 e 23 de agosto e no dia 06 e 07 de
174 outubro e que, foi discutido na reunião em relação à aprovação do orçamento, solicitando que os
175 estados e municípios trabalhassem junto aos seus deputados federais para que não houvesse
176 novamente uma retirada de recursos na aprovação do orçamento por parte do Congresso
177 Nacional. A Sra. Carmen Lúcia Lopes Fogaça questionou aos Conselheiros se poderiam passar para
178 os informes da Comissão de Ética e em seguida para a apresentação da Comissão de Benefício,
179 uma vez que a parte inicial da reunião foi mais ágil. Havendo a concordância dos Conselheiros,
180 Conselheiro Alberto Albino dos Santos, Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e
181 Agrário - MDSA, cumprimentou a todos e ponderou que a Comissão de Ética na última reunião
182 tomou algumas decisões, visto que dentre elas foi elaborar um despacho no processo declarando
183 revelia de alguns indiciados no processo que não apresentaram defesa após os procedimentos
184 legais e a nomeação de um dativo, em que realizarão uma análise das condições, devendo ser um
185 servidor público de nível superior ou não, para atuar na defesa dos mesmos. Articulou que
186 retiraram os seguintes encaminhamentos: I) solicitar a Secretaria Nacional de Assistência Social a
187 indicação de um servidor de seu quadro de nível superior estável ou não para atuar como
188 defensor dativo no âmbito do referido processo, recomendando que o indicado tenha formação
189 jurídica; II) estabelecer o prazo de 30 dias contado a partir da data do recebimento de cópia dos
190 autos para que o defensor dativo apresente a defesa dos réus declarados revés; III) solicitar a
191 Secretaria Executiva do CNAS que providencie cópia das partes dos autos referentes aos indiciados
192 MLB, AOM e JPR para uso do defensor dativo. A Conselheira Edna Aparecida Alegro,
193 Representante da Federação Nacional das Associações Pestalozzi - FENAPESTALOZZI iniciou a
194 leitura da memória da reunião da Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de
195 Renda no dia 15 de agosto de 2016, elencando os membros participantes. Ponderou que o
196 primeiro assunto tratado foi Decreto 8.805 de 07 de julho de 2016, tendo como convidados para a
197 discussão a Sra. Denise Direito, Coordenadora Geral de Integração de Ações da SENARC/MDSA, o
198 Sr. Alan Camelo Silva, Diretor Executivo do Fundo Nacional de Assistente Social substituto -
199 FNAS/MDSA e a Sra. Simone Almeida, Diretora do Departamento de Benefícios assistenciais,
200 substituta da Secretaria nacional de Assistência Social - SNAS/MDSA. Explanou que o Sr. Alan
201 Camelo Silva enfatizou as alterações trazidas pelo referido decreto, que aprimoraram os aspectos
202 da política de Assistência Social e que, no debate foram explicitadas a preocupação com a
203 implementação do decreto, pois muitos CRAS encontram-se precarizados. Destacou que foi
204 colocado a necessidade de um diagnóstico sobre a situação dos trabalhadores e da infraestrutura
205 nos CRAS, além de obter informações sobre como está o trabalho de acolhida e convivência nos

206 CRAS e, de se considerar a diferenciação de custos para as famílias dos usuários do BPC em função
207 de suas necessidades específicas em relação à renda per capita. Articulou que Sr. Alan Camelo
208 Silva, a Sra. Denise Direito e a Sra. Simone de Almeida deram as suas contribuições ao debate,
209 esclarecendo que esse processo de ampliação ao processo de acesso ao BPC, acontecerá de forma
210 gradativa por meio de pactuação e de adesão dos municípios e haverá critérios e parâmetros para
211 essa adesão. Postulou que foram retirados os seguintes encaminhamentos: I) considerando a
212 prerrogativa do CNAS de aprovar a política de Assistência Social, a Comissão recomenda a
213 realização de uma reunião extraordinária da Comissão de acompanhamento de benefícios e
214 transferências de renda, no dia 12 de setembro de 14h as 18h visando acompanhar os
215 desdobramentos da construção da proposta de regulamentação do Decreto número 8.805/2016 e
216 contribuir no processo. Convidados: SNAS, SENARC, INSS, e a Câmara Técnica da Secretaria
217 Especial de Direitos Humanos do Ministério da Justiça; II) encaminhar para os Conselhos do CNAS,
218 a cópia da apresentação feita pela SNAS. Discorreu que nos informes sobre as atribuições da
219 Comissão, funcionamento e fluxo de trabalho, a Conselheira Laís Maranhão apresentou a
220 composição e atribuições da Comissão conforme previsto na Resolução nº 15 de 24 de maio de
221 2011, que regulamenta o funcionamento da Comissão de Acompanhamento de Benefícios e
222 Transferência de Renda no Conselho Nacional e Assistência Social, visto que a servidora Maria
223 Auxiliadora Pereira apresentou o funcionamento e o fluxo de trabalho da Comissão e o papel da
224 Secretaria-Executiva do CNAS. Ponderou que foi realizada a indicação, para aprovação da Plenária,
225 da Conselheira Edna Aparecida Alegro como Coordenadora e do Sr. Samuel Rodrigues como
226 Coordenador Adjunto da Comissão de Acompanhamento de Benefício e Transferência da Renda.
227 Informou que foi realizada uma breve apresentação do Plano de Ação 2016/2018, em que a
228 Comissão decidiu por priorizar a Meta II, acompanhar a concessão e revisão do BPC, e contribuir
229 para o seu aprimoramento. Arrazoou que a pauta definida para a reunião ordinária da Comissão
230 em 21 de novembro no horário das 14h às 18h, foi revisão do Plano de ação e definição de
231 prioridades para 2017. A Vice-Presidente abriu a palavra para manifestações dos Conselheiros. A
232 Conselheira Márcia Cristina Leal Góes ilustrou que é com muita preocupação que precisam
233 analisar o Decreto nº 8.805 do BPC e afirmou que ficou muito feliz com as considerações que a
234 Comissão de Benefícios e Transferência de Renda realizou, tendo em vista a situação da
235 precarização da infraestrutura dos recursos humanos dos CRAS, para a equipe do PAIF. Postulou
236 que esse decreto traz uma nova responsabilidade para essa equipe já sobrecarregada e
237 compreendeu que, ao ler a memória da reunião, podem entender que facilita a vida do usuário,
238 porém, não a do trabalhador. A Sra. Carmen Lúcia Lopes Fogaça inferiu que está pontuado no
239 decreto o favorecimento dos dados e as fontes de informações, não favorecendo nada para o
240 usuário e destacou que não existe infraestrutura de acessibilidade para os deficientes nos CRAS,
241 para que possam ser atendidos. Entendeu que o decreto é uma barreira, colocando entraves para
242 as pessoas com deficiências. A Conselheira Luziana Carvalho de Albuquerque Maranhão,
243 Representante do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional – COFITO, relatou que
244 colocou, juntamente com a Conselheira Edna Aparecida Alegro, todos os problemas decorrentes
245 dessa proposta na reunião de segunda-feira e que, foi explicado que estava sendo feitos estudos
246 complementares para que não houvesse problema no decreto. Saliu que discutiram se o
247 estudo não deveria ter sido realizado antes do decreto e arrazoou que também foi colocado que o
248 mesmo vai trazer grandes benefícios ao usuário, entretanto, entendeu que nem todos os CRAS

249 possuem acesso para os deficientes e o ideal seria equipá-los primeiro. Arrazoou que foi
250 explanado que não serão realizadas as propostas todas ao mesmo tempo, com alguns CRAS
251 iniciando os atendimentos, lhe deixando ainda mais preocupada. A Conselheira Maira Leiliane
252 Oliveira Almeida sugeriu que a Comissão convide a Câmara Técnica criada pela CIT para participar
253 da reunião do dia 12 e compreendeu que seria importante o Conselho ficar ciente de reuniões de
254 calendário da Câmara e ter um representante convidado do CNAS na mesma. O Conselheiro
255 Leovane Gregório discorreu que é importante o Conselho estar atendo aos debates que estão
256 sendo colocados pela sociedade em relação a alguma alteração na Política de Assistência Social,
257 principalmente os 10 questionamentos que foram realizados pela Comissão de Benefícios.
258 Compreendeu que é necessário analisar os recursos humanos e financeiros para realizar esse
259 serviço, já que será executada pela Política de Assistência Social, todas as ações ligadas ao BPC. A
260 Conselheira Mariana de Sousa Machado Neris, Representante do Ministério do Desenvolvimento
261 Social e Agrário - MDSA, parabenizou a Comissão pelo excelente trabalho em relação à
262 regulamentação do BPC e concordou com as preocupações colocadas de discussão e
263 aprofundamento. Intuiu que é um grande avanço da Política de Assistência Social o
264 reconhecimento do BPC como benefício socioassistencial e lembrou que discutiram na Comissão
265 de Normas a importância do mesmo. Ressaltou que há um grande compromisso da Secretaria
266 Nacional de Assistência em conduzir esse processo de forma gradativa por meio de pactuação e de
267 adesão dos Municípios e que, ainda haverá critérios e parâmetros para essa adesão. Lembrou que
268 estão fortalecendo os CRAS e estão trabalhando na rede socioassistencial para que seja uma porta
269 de entrada para o acesso desses benefícios, construindo de uma forma segura. Ponderou que há
270 um compromisso que a Comissão passe a se reunir de uma forma mais frequente para que haja
271 um esforço maior de contribuir na construção de critérios e parâmetros para adesão e que, já foi
272 publicada a resolução da CIT que institui a Câmara Técnica, já com duas reuniões previstas.
273 Compreendeu que a sugestão da Conselheira de um representante do Conselho Nacional como
274 ouvinte e observador pode ser importante para fortalecer a discussão. O Conselheiro Sávio
275 Angelim Pereira reforçou as preocupações colocadas pela Conselheira Márcia Cristina Leal Góes
276 sobre o decreto, porém, explicou que a preocupação, em quanto gestores, é com o
277 fortalecimento da Política de Assistência Social. Articulou que é importante manter o diálogo e
278 que, há uma preocupação em relação a decretar e depois aprofundar o debate de como
279 implementar. A Conselheira Maria Cristina de Oliveira Marques, Representante do Ministério da
280 Saúde, postulou que existe uma desqualificação dos CRAS, o que lhe traz certo incomodo e intuiu
281 que existem alguns CRAS que possuem uma boa estrutura e bons profissionais. A Conselheira
282 Samantha Oliveti de Goes, Representante do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS/MDSA,
283 pontuou que o INSS não faz mais parte do Ministério da Previdência Social e afirmou que o
284 problema das instituições públicas do Brasil, quando se voltam para a população em geral, é que
285 todas estão precarizadas. O Conselheiro Benedito Augusto de Oliveira, Representante da
286 Confederação Nacional dos Trabalhadores da Seguridade Social - CNTSS, relatou que existem
287 muitas unidades do CRAS precarizadas, como também precarização da situação dos trabalhadores
288 diretos e solidarizou com a questão do acesso e do RH. Ilustrou que devem observar como será o
289 uso político dessa transferência de curto prazo. A Conselheira Luziana Carvalho de Albuquerque
290 Maranhão discordou da explanação da Conselheira Maria Cristina de Oliveira Marques, por
291 entender que a realidade dos serviços e da estrutura é diagnóstico e propôs que a Conselheira

292 Edna Aparecida Alegro fizesse parte da Câmara Técnica criada na CIT. A Conselheira Edna
293 Aparecida Alegro registrou que é necessário haver uma transição, sendo que o decreto não
294 estabelece a mesma e compreendeu que precisam de uma alteração no decreto para que a
295 transição possa ser realizada com equilíbrio e com estudo de quanto impactará essa mudança.
296 Inferiu que outra alteração necessária é dizer que se a renda que está no CadÚnico impede
297 qualquer prosseguimento no BPC e esclareceu que o requerimento do benefício será no CRAS e o
298 restante continuará no INSS. Discorreu que a análise não é realizada apenas através da renda, pois
299 está garantida a análise psicossocial através do CIF, sendo que um dos encaminhamentos foi que o
300 CIF seja apresentado em Plenária. A Vice-Presidente Carmen Lúcia Lopes Fogaça ponderou que o
301 Sr. Alan Camelo Silva colocou na sua apresentação que haverá a questão de pactuação e de
302 adesão dos municípios e indagou como ficará se os municípios não aderirem à proposta. Sugeriu
303 convidar o Sr. Alan Camelo Silva para a próxima Plenária, para que possam discutir o decreto como
304 um todo e que, seria interessante a participação de um Conselheiro na reunião da Câmara Técnica
305 no dia 22 e 23 de agosto. A Conselheira Edna Aparecida Alegro disponibilizou-se para participar da
306 reunião da Câmara Técnica e a Conselheira Raquel de Fátima Antunes Martins, Representante do
307 Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário - MDSA, comentou que conversou com o Sr. Alan
308 Camelo Silva, que assumirá a Diretoria do DBA, e o mesmo informou que está à disposição do
309 CNAS para realizar alguns esclarecimentos. Ilustrou que a área técnica do MDSA está identificando
310 possibilidades de desdobramento desse decreto sobre a regulamentação em portaria, para que
311 possam trazer uma melhor interpretação e que, estão vislumbrando a possibilidade concreta da
312 participação das Câmaras Técnicas e das Comissões para contribuir. Articulou que existe a
313 possibilidade de que alguns artigos, diante inviabilidade, possam ser revogados. A Vice-Presidente
314 consultou os Conselheiros se seria possível, após a apresentação sobre o Programa da Primeira
315 Infância, que o Sr. Alan Camelo Silva realizasse esses esclarecimentos, deixando a apresentação do
316 marco regulatório como tema seguinte ou para a pauta de amanhã. A Conselheira Márcia Cristina
317 Leal Góes compreendeu que não haverá adesão dos municípios se não houver as alterações
318 necessárias realizadas e o Conselheiro Leovane Gregório indicou que é contrário a realizar a
319 discussão com o Sr. Alan Camelo Silva nessa reunião, pois o mesmo não terá condições de trazer
320 documentos referentes aos questionamentos realizados, mantendo para a próxima reunião.
321 Salientou que gostaria que fosse trabalhado com minutas de documentos. A Sra. Carmen Lúcia
322 Lopes Fogaça colocou para apreciação da Plenária a proposta de alterar a pauta e convidar o Sr.
323 Alan Camelo Silva para realizar alguns esclarecimentos nessa reunião e a proposta de pautar para
324 a próxima Plenária, com mais embasamento. A Conselheira Mariana de Sousa Machado Neris
325 compreendeu que existe outra proposta em que o Sr. Alan Camelo Silva poderia realizar alguns
326 esclarecimentos mais pontuais nessa reunião e também comparecer na próxima Plenária para
327 apresentar uma proposta com mais elementos. Após várias discussões sobre a questão, os
328 Conselheiros decidem não alterar a pauta e pautar a sua apresentação para a próxima Plenária. A
329 Conselheira Maira Leiliane Oliveira Almeida sugeriu que a apresentação do seja realizada após a
330 apresentação do relatório da Comissão de Benefício, para que possam ter mais conhecimento da
331 discussão. A Presidenta questionou a Comissão se haverá tempo hábil para socializar o relatório,
332 uma vez que a reunião da Comissão é um dia antes da Plenária e a Conselheira Maira Leiliane
333 Oliveira Almeida explicou que precisam de um prazo para preparar o material para distribuição. A
334 Conselheira Edna Aparecida Alegro propôs que o relato da Comissão seja o primeiro item da pauta

335 do segundo dia da Plenária, juntamente com a apresentação. Com o consenso dos Conselheiros, a
336 Vice-Presidente questionou se haveria destaque em relação aos informes sobre as atribuições da
337 Comissão e do funcionamento do fluxo de trabalho e não havendo, seguiu para o terceiro item de
338 aprovação da indicação do Coordenador e do Coordenador Adjunto pelo pleno. Informou que a
339 Comissão indicou a Conselheira Edna Aparecida Alegro como Coordenadora e o Conselheiro
340 Samuel Rodrigues como Coordenador Adjunto e não havendo manifestações contrárias, foram
341 aprovados. Postulou que demais itens não possuem destaques. A Conselheira Laís Maranhão
342 Santos Mendonça, Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário - MDSA,
343 agradeceu a Conselheira Edna Aparecida Alegro por ter realizado o relato da Comissão e informou
344 que estão elaborando o Prêmio “Rosani Cunha” da edição especial do Cadastro Único, para
345 premiar as boas práticas da gestão e o entrevistador destaque, sendo que as inscrições estão
346 abertas até 1º de setembro de 2016. Acrescentou que todas as informações estão no *site* do
347 MDSA. A Sra. Carmen Lúcia Lopes Fogaça parabenizou a Comissão pelo trabalho realizado e
348 informou que a Sra. Maria das Mercês de Avelino Carvalho sugeriu inserir o Prêmio “Rosani
349 Cunha” nos informes do SNAS. Relatou que cumpriram a pauta do período da manhã e sugeriu
350 iniciar a apresentação do marco regulatório. A Conselheira Mariana de Sousa Machado Neris
351 iniciou a apresentação do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil explicando que a
352 essa apresentação seria apenas para realizar um conhecimento introdutório para os Conselheiros
353 e para terem alguns insumos para um debate mais ampliado na próxima Plenária do que está
354 sendo proposto. Comentou que a Secretaria Nacional de Assistência Social esteve presente na
355 reunião da Comissão de Normas, e apresentou os avanços da Lei nº 13.019, uma vez que
356 solicitaram que realizassem a mesma apresentação na Plenária. Informou que a Lei nº 13.019
357 estabelece o regime jurídico entre as parcerias entre a Administração Pública e as Organizações da
358 Sociedade Civil em regime de mutua cooperação para consecução de finalidade de interesse
359 público recíproco mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos
360 em planos de trabalhos e inseridos em termos de colaboração e de fomento ou em acordos de
361 cooperação com as Organizações da Sociedade Civil. Informou que as leis que tratavam da
362 Administração Pública e das Organizações da Sociedade Civil eram a Lei nº 8.429 de 02 de junho
363 de 1992, a Lei nº 9.790 de 23 de março de 1999 e o Decreto nº 8.726 de 27 de abril de 2016, que
364 regulamentou a Lei nº 13.019 para dispor sobre regras e procedimentos do regime jurídico das
365 parcerias celebradas entre a Administração Pública Federal e as Organizações da Sociedade Civil.
366 Arrazouou que a lei veio de um processo de construção desde 2004, quando foi instituída a CPI das
367 ONGs e que, a mesma sofreu algumas alterações sendo submetida a uma consulta pública para
368 regulamentação colaborativa em 2014, uma medida provisória que prorrogou a sua vigência, um
369 decreto que foi colocada em consulta pública e uma medida provisória que foi aprovada no
370 Congresso em novembro de 2015. Salientou que o marco regulatório passou a vigorar para a
371 União, Estado e Distrito Federal no dia 23 de janeiro de 2016 e passará a vigorar para os
372 Municípios no dia 1º de janeiro de 2017 e discorreu que os avanços para a parceria do SUAS são:
373 possibilidade de criação de um padrão nacional, em que há uma necessidade de planejamento em
374 conformidade com os planos de Assistência Social superando o amadorismo de parcerias com a
375 Sociedade Civil; maior clareza das etapas das parcerias e autorização de uso de recursos para
376 pagamento de pessoal e de custos indiretos; instituir, como regra geral, o chamamento público
377 com critérios pré-estabelecidos para firmar parcerias. Elucidou que a Lei nº 13.019 está organizada

378 em uma lógica processual que envolve cinco fases de planejamento da gestão administrativa:
379 seleção, celebração das parcerias, execução, monitoramento e avaliação, prestação de contas.
380 Elencou os pontos específicos trazidos pela lei, finalizando a sua apresentação. A Conselheira
381 Mariana de Sousa Machado Neris articulou que a Comissão Intergestores Tripartite discutiu
382 bastante o impacto do marco regulatório no âmbito da rede socioassistencial, sendo que o mesmo
383 foi tema de pauta de informe na CIT em 2014/2015 com a participação da Secretaria Geral da
384 Presidência da República. Postulou que foi instituída uma Câmara Técnica na CIT, em 09 de abril
385 de 2014, com o propósito de estudar a legislação, construir orientações e entendimentos e
386 apresentar sugestões que permitam os gestores da Assistência Social, em todos os níveis de
387 Governo, implementar e operacionalizar as novas regras. Relatou que a Câmara é composta por
388 representantes do MDSA, FONSEAS e do CONGEMAS e que já ocorreram oito reuniões, inclusive a
389 mesma trabalhou bastante nas sugestões de proposta do decreto e das alterações que a lei sofreu
390 nos últimos anos. Elencou os pontos de atenção relacionado ao SUAS e elucidou que, hoje,
391 possuem uma base de 18.769 entidades socioassistenciais em 2.641 Municípios, sendo que 45%
392 dessas entidades estão com o cadastro preenchido no CNEAS, sendo que dentre as principais
393 ofertas que as entidades informam no cadastro, possuem o serviço de convivência e
394 fortalecimento de vínculos; as ações de assessoramento, defesa e garantia de direitos; e os
395 serviços de acolhimento institucional. Arrazou que os dispositivos de controle social que são
396 necessários, enquanto CNAS, são de acompanhar e fiscalizar a execução das parcerias entre a
397 gestão local e as entidades de Assistência Social e de acompanhar a implementação da norma.
398 Discorreu que os Conselhos Setoriais de Políticas Públicas e Administração Pública serão
399 consultados quanto às políticas e ações voltadas ao fortalecimento das relações de fomento e
400 colaboração propostas pelo Conselho Nacional de Fomento e Colaboração e que, há possibilidade
401 de apresentação de propostas a Administração Pública para celebração de termo de colaboração
402 com entidades e organizações da Assistência Social. Apresentou alguns *links* de interesse para
403 aprofundamento sobre o tema e finalizou a sua apresentação. O Conselheiro Josenir Teixeira,
404 Representante do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil/DF, complementou que
405 houve certo amedrontamento em relação à aplicação da Lei nº 13.019 e explanou que quem
406 analisar os 88 artigos da lei mais os artigos do decreto perceberá que é uma lei extremamente
407 operacional, visando evitar a corrupção. Acrescentou que o decreto cita que o próprio Poder
408 Público vai criar manuais de aplicação das normas e que órgãos e autarquias de acessória podem
409 contribuir na melhoria e na complementação desses manuais, dentre os mesmos o CNAS.
410 Mencionou que discorda que seja um marco regulatório, pois existem outras dezenas de leis que
411 já tratavam sobre as mesmas previsões e compreendeu que a Comissão de Normas terá um pouco
412 de dificuldade realizar algumas explicações sobre a norma. A Conselheira Mirian da Silva Queiroz
413 Lima, Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário - MDSA, complementou
414 também que, nos pontos de atenção relacionado ao SUAS que a Câmara Técnica da CIT tratou no
415 que diz respeito ao chamamento público, havia uma preocupação em relação ao entendimento de
416 entidades e organizações credenciadas, explicando que o MDSA e a Câmara têm considerado
417 como entidades e organizações credencias aquelas que estejam cadastrada no CNAES. Destacou
418 que, entre as tarefas relacionado ao marco regulatório, a Câmara Técnica não chegou a
419 disponibilizar no *site* os materiais que são perguntas e respostas, introdução da lei e a explicação
420 de temas, porém, a metade desses materiais foi aprovado na discussão da Câmara. Informou que

421 existe o encaminhamento da Comissão de Normas, que foi justamente a participação do
422 Conselheiro Benedito Augusto de Oliveira como ouvinte nas próximas reuniões da Câmara Técnica
423 a partir de outubro. Iniciando o debate, a Conselheira Edna Aparecida Alegro questionou o que
424 será feito com os municípios que possuem algum tipo de contrato, convênio ou instrumento
425 congêneres; como farão para que o restante dos municípios realize o CNAES até janeiro; e quantas
426 entidades estão no CNAES que possuem acordo ou convênio ou instrumento congêneres. O
427 Conselheiro Carlos Nambu compreendeu que precisam amadurecer na Comissão de Normas a
428 questão da problemática do CNAES nos municípios e a Sra. Carmen Lúcia Lopes Fogaça indagou se
429 será utilizada a Resolução CNAS nº 14 de 2014 ou se será desconsiderada e inferiu que na
430 prestação de contas deveriam ter parâmetros para sua uniformização, já que o intuito é resguardar
431 e trabalhar com lisura com o recurso público. Por uma questão de ordem, a Conselheira Edna
432 Aparecida Alegro inferiu que essa discussão deveria acontecer após o relatório da Comissão de
433 Normas, em que já foram tratados diversos assuntos. A Conselheira Mirian da Silva Queiroz Lima
434 explicou que as entidades cadastradas no CNAES não representam a totalidade das entidades no
435 país e que, sabem que existem outros municípios, que por diversas dificuldades, não entraram no
436 cadastro. Postulou que identificaram que as entidades não estão presentes em todo o território
437 nacional e que, existe uma indicação pelo Censo SUAS de que cerca de nove mil entidades
438 informaram ter algum tipo de parceria com algum órgão da Administração Pública. Em relação à
439 Resolução CNAS nº 14, explicou que a mesma não será desprezada, pois o CNAES será para uma
440 segunda verificação. A Conselheira Mariana de Sousa Machado Neris realizou a leitura da alínea A,
441 do Artigo 2º da Lei nº 13.019, sobre a questão da especificidade e explicou que o regimento do
442 SUAS é maior do que qualquer outra disciplina da parceria. O Conselheiro Leovane Gregório
443 propôs que fosse realizada uma ação CNAS e CONGEMAS no sentido de divulgar o cadastramento
444 no CNAES, para que as entidades sejam incluídas e a Vice-Presidente Carmen Lúcia Lopes Fogaça
445 compreendeu que o maior problema não está nas entidades e sim nos gestores municipais.
446 Sugeriu que, nas próximas reuniões regionais e descentralizadas, seja pautado o marco regulatório
447 para trabalhar junto com os Conselheiros Estaduais e Municipais. A Conselheira Mariana de Sousa
448 Machado Neris postulou que existem várias propostas de encaminhamento que já foram
449 discutidas na Comissão de Normas, que serão encaminhadas no relatório. A Conselheira Márcia
450 Cristina Leal Góes sugeriu uma agenda mínima para apresentar o marco regulatório para as
451 entidades, para fortalecer e divulgar esse debate. A Vice-Presidente interrompeu a reunião para o
452 intervalo do almoço e solicitou que todos sejam pontuais. Reiniciando a reunião, a Sra. Carmen
453 Lúcia Lopes Fogaça cumprimentou novamente a todos e passou ao próximo item de pauta,
454 Apresentação do Programa Primeira Infância. A Sra. Maria do Carmo Brant de Carvalho, Secretária
455 Nacional da Assistência Social, cumprimentou a todos e informou que o Programa Primeira
456 Infância será lançado na próxima semana através de um decreto que será assinado pelo
457 Presidente Interino. Relatou que há um marco legal da Primeira Infância, que foi aprovado em
458 2016 e ilustrou que o mesmo acompanha o Estatuto da Criança e do Adolescente no sentido de
459 envolver ações de várias áreas. Destacou que no marco legal está claro as suas diretrizes,
460 especificando cada uma e que, o Programa Primeira Infância envolve promover o
461 desenvolvimento integral da criança considerando-a no contexto de sua família e de seu território.
462 Arrazoou que o programa é intersetorial e descentralizado, observando as especificidades das
463 políticas setoriais com participação da sociedade civil e do controle social e que, o público alvo são

464 gestantes, crianças de zero a seis anos e suas famílias em situação de vulnerabilidade social e risco
465 pessoal e social. Discorreu que são público alvo específico da Assistência Social: gestantes,
466 crianças de zero a três anos e suas famílias beneficiárias do PBF, crianças de zero a seis anos
467 beneficiárias do BPC e suas famílias e crianças de zero a seis anos afastadas do convívio familiar
468 em razão de aplicação de medida de proteção prevista no Artigo 101 e suas famílias observados os
469 dispositivos legais relacionados. Informou que existem no Brasil 18,8 milhões de crianças de zero a
470 seis anos, 10,5 milhões de zero a três anos e 8,3 milhões de zero a quatro anos e que, são cinco
471 milhões crianças em famílias com renda com mais de um quarto até meio salário mínimo per
472 capita que estão inscritos no Bolsa Família de zero a seis anos e 2,8 milhões de crianças de zero a
473 três anos, sendo que são 1,6 milhão de crianças, de zero a três anos, com famílias com até um
474 quarto do salário mínimo per capita. Partindo do Bolsa Família, ponderou que existem 4,55
475 milhões de crianças de zero a quatro anos; 755 mil crianças inseridas em creches; e 33,6 mil
476 crianças de zero a três anos no BPC e 63,6 mil de quatro a seis anos. No acolhimento institucional,
477 elucidou que existem 8,6 mil crianças, sendo 4,6 mil crianças de zero a dois anos e quatro mil de
478 três a seis anos incompleto. Salientou que existe uma preocupação com relação às crianças em
479 acolhimento institucional e que, o ideal seria ter um apoio financeiro para que essa criança possa
480 ser acolhida por parentes ou por famílias acolhedoras. Articulou que na Assistência Social
481 precisam garantir: o fortalecimento da família acompanhando no domicílio; a orientação das
482 gestantes e da família; a convivência familiar e comunitária; o incentivo às famílias acolhedoras;
483 cuidadores estáveis para as crianças de zero a três anos em acolhimento institucional; organização
484 e estímulo a criação de espaços lúdicos que propiciem brincadeiras e criatividade. Comunicou que
485 os objetivos do programa são: fortalecer o papel das famílias no exercício da função de cuidado,
486 proteção e educação das crianças na faixa etária de zero a seis anos; desenvolver estratégias
487 intersetoriais visando integrar, ampliar e fortalecer ações das diversas políticas públicas; promover
488 ações voltadas ao desenvolvimento integral; evitar ao máximo a fragmentação da criança entre
489 saúde, educação e assistência social; fomentar o desenvolvimento de iniciativas para capacitação
490 e formação continuada de profissionais nesse âmbito; fomentar pesquisas e ações de
491 monitoramento e avaliação do desenvolvimento infantil; e disseminar informações para o
492 fortalecimento da cultura de proteção e promoção do desenvolvimento integral. Relatou que a
493 coordenação do programa será do Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário, sendo que já
494 está em funcionamento o Comitê Intersetorial Gestor em Âmbito Federal para pensar sobre os
495 recursos e sobre a integração e que, a regulamentação será realizada através de um decreto
496 presidencial, para garantir uma governança intersetorial, posteriormente através de uma portaria
497 interministerial dispendo sobre o programa e portarias ministeriais e outras regulamentações
498 necessárias as políticas envolvidas dispendo sobre as ações do programa. Salientou que o Primeira
499 Infância será expandido a partir da adesão dos entes e que, o Comitê Intersetorial Gestor em
500 Âmbito Federal terá como função o desenho dos eixos, das ações e das metas; definição de
501 estratégias para a implantação e integração de ações; potencialização das redes nos territórios e
502 acompanhamento do programa. A Secretária Maria do Carmo Brant de Carvalho elucidou que a
503 primeira fase de implantação do programa engloba o seu lançamento e a mobilização dos Estados
504 e Municípios; a segunda fase será feita uma ação direta nos estados e municípios voltadas para
505 gestores e trabalhadores das áreas de assistência social, saúde, educação, cultura e direitos
506 humanos através de seminários descentralizados; a terceira fase será a operacionalização do

507 Programa Criança Feliz, que trata da implementação das ações dos programas pelos Ministérios
508 nos Estados e Municípios. Postulou que a interface entre o Programa Primeira Infância e o SUAS é
509 a ideia de um trabalho social e provisões que alcançam gestantes, crianças na primeira infância e
510 suas famílias, garantindo a segurança de renda, convívio e de acolhida. Apresentou as perspectivas
511 apontadas no Plano Decenal que foram realizados destaques e explicou que a proposta é discutir,
512 de forma coletiva e participativa, a interface do SUAS com o Programa Primeira Infância por meio
513 da Câmara Técnica da CIT. O Conselheiro Carlos Nambu compreendeu que o programa é um
514 pouco confuso, pois está no âmbito da Proteção Social Básica e trata de acolhimento institucional
515 e questionou se a capacitação estará voltada dentro do CapacitaSUAS, se as parcerias serão
516 realizadas no âmbito do marco regulatório, se a verba será do Fundo Nacional na parte específica
517 da Assistência Social e como será o seu controle e monitoramento. O Conselheiro Sávio Angelim
518 Pereira inferiu que como o programa está no âmbito do SUAS deve ser pactuado, discutido e
519 deliberado pelo CNAS e pelas instâncias que normatizam essa política social. A Conselheira Luziana
520 Carvalho de Albuquerque Maranhão solicitou esclarecimento sobre a visão da creche, pois existe
521 um déficit muito grande de creches e intuiu que qualquer programa deve ser inserido no contexto
522 atual do Brasil, entendendo que hoje a mulher trabalha e necessita de uma creche qualificada. A
523 Secretária Maria do Carmo Brant de Carvalho esclareceu que a capacitação ainda será desenhada
524 e a intenção é que seja intersetorial, não tendo intenção de utilizar os recursos do CapacitaSUAS,
525 apenas se houver a necessidade de somar recursos. Com relação às parcerias, ilustrou que estão
526 pensando nesse momento que seria interessante utilizar de recursos das entidades multilaterais
527 ou empresariais para assegurar a capacitação e que, querem parcerias no sentido de mobilizar a
528 sociedade civil, destacando que existe uma frente de trabalho intersetorial. Explanou que já era
529 um sonho da Assistência Social e da Proteção Especial o objetivo de reduzir o número de crianças
530 pequenas em acolhimento institucional e explicou que sempre terão alguns temas que envolvam a
531 Proteção Básica e a Especial, trabalhando de forma articulada, sendo que em várias questões de
532 atenção ao público em situação de vulnerabilidade já envolve um fluxo maior entre a Proteção
533 Básica e Especial. Afirmou que o decreto se tornou necessário devido envolver a
534 intersetorialidade, mas com a coordenação do MDSA. Comentou que o ideal seria que a criança
535 tivesse a oportunidade de permanecer com a família para o seu desenvolvimento quando
536 pequena e que houvesse Centros Dias para crianças, em que a mãe pudesse deixar a criança
537 quando necessitar. Destacou que terão metas de expansão de creches, porém, não podem esperar
538 que a mesma seja universalizada como desejam. A Conselheira Elisa Maciel Costa, Representante
539 da Associação Mayle Sara Kali, ponderou que precisam tomar cuidado para não aprovar ou induzir
540 estruturas que podem retirar direitos já adquiridos e compreendeu que é necessário discutir os
541 assuntos em conjunto com outros Conselhos ou com outros Ministérios e reforçar os ganhos.
542 Salientou que jamais conseguiram implementar que existe uma diferença do recorte étnico racial,
543 que normalmente não é contabilizado. Solicitou que fosse dada uma atenção para o recorte étnico
544 racial de crianças na observação dos processos apresentados. A Conselheira Tathiane Aquino
545 Araújo, Representante da Rede Nacional de Pessoas Trans do Brasil – REDE TRANS/SE, sugeriu que
546 o Conselho de Direitos Humanos e da Criança e do Adolescente possa receber o CNAS ou
547 Secretaria para dialogar e inferiu que o programa não trata de maneira clara o local de formação
548 das equipes, especialmente para especificidades de populações complexas. A Conselheira Norma
549 Suely de Souza Carvalho, Representante da Capemisa Instituto de Ação Social, complementou que

550 o programa deve levar em considerações as dificuldades e complexidade dos territórios e indagou
551 qual a diferença entre o Programa Primeira Infância e o Programa Criança Feliz. Destacou que
552 existe uma preocupação com relação à formação dos visitantes, pois entende que se a
553 abordagem não for apropriada o prejuízo poderá ser maior do que o benefício. A Conselheira
554 Luziana Carvalho de Albuquerque Maranhão intuiu que teria sido muito importante, no início da
555 construção do programa, ter tido a oportunidade de juntar os Conselhos que estão envolvidos no
556 controle social para realizar uma discussão conjunta. Solicitou que fossem realizados
557 esclarecimentos sobre o visitador social. A Secretária Maria do Carmo Brant de Carvalho reforçou
558 que a proposta de reunir os Conselhos é extremamente importante e será providenciada e
559 articulou que a valorização do controle social é fundamental. Explanou que possuem o
560 reconhecimento das diferenças étnico raciais das chamadas comunidades tradicionais e que, ainda
561 não possuem clareza sobre o papel do visitador social, porém, destacou que existem experiências
562 que serão aproveitadas. A Vice-Presidente agradeceu pela apresentação e compreendeu que o
563 diálogo e o envolvimento da sociedade é muito importante para que qualquer programa ou ação
564 possa dar certo. Prosseguindo para os informes da Secretaria, o Conselheiro Luis Otávio Pires de
565 Farias, Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário - MDSA, informou que a
566 abertura do Censo SUAS 2016 acontecerá no dia 12 de setembro de 2016 e que, a instauração da
567 Câmara Técnica da Primeira Infância foi realizada na última reunião da CIT, com reuniões previstas
568 para os dias 22 e 23 de setembro e na primeira semana de outubro. Informou também que foi
569 instalada a Câmara Técnica que discutirá a operacionalização do decreto relativo ao BPC e os
570 critérios de vulnerabilidade complementares a análise de renda, com reuniões previstas na
571 próxima semana e na primeira semana de outubro. Comunicou que houve uma mudança na data
572 da reunião da CIT em outubro, a pedido dos membros da CIT, que ocorrerá no dia seguinte da
573 reunião do CNAS. A Secretária Maria do Carmo Brant de Carvalho agradeceu pela sua participação
574 e relatou que está sempre disponível para o Conselho para qualquer debate. A Sra. Carmen Lúcia
575 Lopes Fogaça explanou que o relatório da Comissão de Normas ainda não foi finalizado e sugeriu
576 passar para a apresentação do relatório da Comissão de Política de Assistência Social. Não
577 havendo objeções, a Conselheira Célia Maria de Souza Melo Lima cumprimentou a todos e iniciou
578 o relato da reunião da Comissão de Política de Assistência Social do mês de agosto/2016
579 elencando os participantes presentes. Notificou que no item de pauta, Apresentação e discussão
580 do Plano de Ação 2016/2018, foram debatidos os pontos que foram questionados e de acréscimo
581 encaminhados pelos Conselheiros e priorizadas para as metas de 2016. Arrazou que nessa
582 reunião foram priorizadas todas as cinco metas do plano e que, os encaminhamentos foram:
583 monitoramento do Plano de Ação a cada seis meses e elaboração de cronograma de atividades até
584 fevereiro/2017. Discorre que, em outros assuntos, foi proposta uma resolução de recomendação
585 pela Conselheira Carmen Lúcia Lopes Fogaça, que foi amplamente discutida e aprovada pela
586 maioria dos presentes. Ponderou que o encaminhamento é que a Comissão de Política submete
587 para apreciação da Plenária a proposta de resolução que está anexa. Comunicou que a pauta da
588 próxima reunião será: o debate da segunda meta e as ações 2.1 e 2.2 do Plano de Ação da
589 Comissão; a apresentação sobre a expansão da Proteção Social Especial do SUAS em âmbito
590 municipal e estadual e comparativo do nível de cobertura da Proteção Social Básica e Especial; e
591 discussão sobre a construção do índice de desenvolvimento do SUAS consoante ao estágio de
592 organização do SUAS conforme estabelece o Artigo 28 da NOB/SUAS 2012. Realizou a leitura da

593 proposta da Resolução CNAS de 18 de agosto de 2016 para apreciação do Conselho. A Conselheira
594 Solange Teixeira, Representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário – MDSA,
595 sugeriu a redação: *“Recomendar que todas as propostas de criação e implantação...”* e a
596 Conselheira Mariana de Sousa Machado Neris parabenizou os trabalhos da Comissão e questionou
597 qual é a necessidade de ter essa resolução, uma vez que a recomendação já é o papel do Conselho
598 previsto na LOA. A Conselheira Márcia Cristina Leal Góes propôs a redação: *“Recomendar que*
599 *todas as propostas de elaboração e implantação...”*. A Conselheira Célia Maria de Souza Melo Lima
600 afirmou que a contribuição da Conselheira Solange Teixeira é bem-vinda e explicou que a ideia da
601 Comissão é evitar que os programas, serviços e projetos passem a funcionar antes de ser debatido
602 no CNAS. A Vice-Presidente compreendeu que é um papel do Conselho Nacional sempre sinalizar
603 para os Conselhos essa recomendação e o Conselheiro Carlos Nambu reforçou que é uma
604 necessidade essa resolução, uma vez que observam que, mesmo tendo as normativas e as
605 legislações, em vários estados e municípios existe um desrespeito em relação a serviço, programas
606 e projetos. Intuiu que seria importante que a recomendação seja aos gestores, sugerindo a
607 seguinte redação: *“Recomendar aos gestores que as novas propostas e/ou alterações de serviços,*
608 *programas, projetos e benefícios da Política de Assistência Social seja apreciados e aprovados*
609 *pelos Conselhos de Assistência Social e suas respectivas esferas. ”*. A Sra. Carmen Lúcia Lopes
610 Fogaça compreendeu que está claro que a recomendação é para todos que compõe o Sistema
611 Único de Assistência Social quando é analisado as considerações das leis e o Conselheiro Alberto
612 Albino dos Santos articulou que não possui clareza sobre o propósito da resolução e inferiu que,
613 talvez, fosse mais interessante utilizar outro instrumento explicitando o texto da LOA. A
614 Conselheira Luziana Carvalho de Albuquerque Maranhão postulou que gostaria de manter a
615 proposta da resolução, pois a mesma tem um peso político maior e o Conselheiro Luis Otávio Pires
616 de Farias reforçou que não possui sentido ter uma resolução se já existe uma legislação que trata
617 da questão, sendo que o mesmo não está criando ou modificando nada no âmbito do SUAS. O
618 Conselheiro Sávio Angelim Pereira afirmou que é favorável a manutenção da resolução, por haver
619 um desrespeito a legislação. A Vice-Presidente colocou a resolução para apreciação dos
620 Conselheiros e havendo 10 votos a favor da aprovação, um voto contra a aprovação e três
621 abstenções, a resolução foi aprovada com a sugestão de alteração da Conselheira Solange
622 Teixeira. Colocou o relatório da Comissão de Política para também apreciação dos Conselheiros e
623 não havendo nenhuma manifestação, o relatório foi aprovado. Seguindo para o relato da
624 Comissão de Normas, a Sra. Carmen Lúcia Lopes Fogaça lembrou que a memória da Comissão de
625 Normas teria algumas dúvidas com relação ao marco regulatório. A Conselheira Mariana de Sousa
626 Machado Neris iniciou o relato da Comissão de Normas mencionando os participantes presentes e
627 relatou que o primeiro ponto de pauta foi a escolha do coordenador adjunto da Comissão, em que
628 foi indicado o Conselheiro César Augusto de Oliveira. Explanou que o segundo ponto de pauta foi a
629 apresentação, pelo Departamento da Rede Socioassistencial Privada do SUAS, do relatório do
630 segundo trimestre de 2016 com as informações dos processos de certificação de entidades de
631 Assistência Social conforme disposto no Artigo 1º da Resolução CNAS nº 18 de 2011. Arrazoou
632 que a Comissão de Normas recomendou a Plenária encaminhar por *e-mail* a todos os Conselheiros
633 do CNAS, o segundo relatório trimestral sobre o processo de certificação de entidades
634 beneficentes da Assistência Social no âmbito do MDSA exercício 2016 apresentando pelo
635 Departamento e que, o Departamento da Rede Socioassistencial Privada do SUAS apresente o

636 terceiro relatório trimestral de 2016 com as informações sobre os processos de certificação de
637 entidades de Assistência Social conforme previsto na Resolução nº 18 de 2011, bem como
638 acrescentar na discussão desse relatório, a situação do Cadastro Nacional de Entidades de
639 Assistência Social na reunião da Comissão no mês de novembro de 2016. Informou que o terceiro
640 ponto de pauta foi a apresentação sobre o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil
641 para o nivelamento com a Secretaria Nacional de Assistência Social e o Conselheiro Josenir
642 Teixeira ilustrou que a Coordenadora da Comissão Geral de Regulação da Gestão do SUAS, Sra.
643 Caroline Aires, apresentou a Comissão de Normas um breve histórico da Lei nº 13.019 de 2014
644 elencando os avanços para a parceria do SUAS e destacando a possibilidade de criação de um
645 padrão nacional para essas parcerias. Discorreu que a Coordenadora salientou como a lei está
646 organizada, o que muda em geral com a mesma e como está a discussão no âmbito da CIT,
647 ressaltando os pontos de atenção relacionados ao SUAS, em que devem ser consideradas as
648 especificidades, a territorialidade e a relação com o Colegiado de Gestores. Ponderou que ainda
649 foi apresentado uma síntese do Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social e logo após o
650 Conselheiro da Comissão de Financiamento, Sr. Josenir Teixeira, realizou uma explanação em
651 relação a lei, abrindo o debate relacionado aos desafios de implementação da mesma e o papel do
652 controle Social. Articulou que os encaminhamentos da Comissão foram: I) recomendação a
653 Plenária para solicitar a SNAS as minutas de modelo da AGU adaptados para a Política de
654 Assistência Social, que estão previstas para serem construídas para edital de chamamento, termo
655 de colaboração e plano de trabalho com previsão para serem disponibilizados em novembro de
656 2016; II) solicitação ao CNAS para indicação dos itens presentes na Lei nº 13.019 que necessitam
657 de regulamentação pelo CNAS; III) indicação do Conselheiro Benedito Augusto de Oliveira como
658 ouvinte para compor a Câmara Técnica da CIT sobre o Marco Regulatório das Organizações da
659 Sociedade Civil; IV) indicação de que entre na Presidência Ampliada a pauta da discussão na
660 Plenária sobre o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil com a presença dos
661 seguintes convidados: SNAS, CONGEMAS, FONSEAS, Assessoria da Secretaria Geral da Presidência
662 da República e da Sociedade Civil. Explanou que o quarto ponto de pauta foi a apresentação da
663 discussão realizada na Comissão de Acompanhamento de Benefícios e de Transferência de Renda
664 sobre o Decreto nº 8.805 de 07 de julho de 2016, que altera o regulamento do BPC aprovado pelo
665 Decreto nº 6.214 de 26 de setembro de 2007, em que a Conselheira da Comissão de
666 Acompanhamento de Benefícios e de Transferência de Renda, Sra. Laís Maranhão Santos
667 Mendonça, realizou uma apresentação preliminar do debate do decreto nº 8.805 realizado na
668 reunião para conhecimento da Comissão de Normas, seguido pelo debate. Postulou que o quinto
669 ponto de pauta foi definição dos responsáveis e prazo para as ações previstas no Plano de Ação da
670 Comissão de Normas, tendo em vista que o plano havia sido aprovado na última reunião. Elucidou
671 que a Comissão definiu que todos os seus membros ficaram responsáveis pelas metas do plano de
672 ação e na medida em que as ações foram debatidas e detalhadas e suas respectivas estratégias,
673 poderá haver a nomeação de Conselheiros responsáveis pelas atividades. Relatou que o informe
674 tratado na reunião foi a resposta ao Ofício nº 50 de 2016 do Conselho Municipal de Assistência
675 Social de Franca/SP, que trata da inscrição de entidades, em que o Comissão recomendou a
676 divulgação das demais normativas que tratam das atribuições das entidades para além das definidas
677 na Resolução CNAS nº109 de 2011. Comentou que o sétimo ponto de pauta foi a definição de
678 pauta para o mês de setembro, em que foi priorizado trabalhar as operacionalizações das Ações I e

679 II da Meta I do Plano de Ação da Comissão de Norma, que diz respeito a subsidiar as instâncias de
680 controle social da Assistência Social sobre o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade
681 Civil; e trabalhar com a definição dos instrumentos a serem construídos pelo CNAS que tratam da
682 operacionalização da Lei nº 13.019 de 2014. A Vice-Presidente parabenizou o trabalho da
683 Comissão e não havendo nenhum comentário em relação ao primeiro ponto de pauta, o mesmo
684 foi aprovado. Seguindo para o segundo ponto, a Sra. Maria das Mercês de Avelino Carvalho
685 ilustrou que a Secretaria Executiva tem por deliberação desse Plenário encaminhar o relatório final
686 com relação as entidades certificadas para os Conselhos Estaduais e que, começaram a receber
687 uma demanda dos Conselhos Municipais que recebiam essa informação com um ano de
688 defasagem. Manifestou que a Secretaria Executiva sugeriu para o Plenário que sejam
689 encaminhados os relatórios trimestrais para os estados, para que o mesmo fique mais próximo da
690 decisão de deferimento ou de indeferimento ou da análise. A Conselheira Edna Aparecida Alegro
691 questionou qual é a preocupação do Conselho no sentido de ter essa informação anterior do
692 indeferimento ou deferimento, pois a certificação não interfere na atividade do Conselho com
693 relação a entidade. A Sra. Carmen Lúcia Lopes Fogaça indagou como está o andamento do projeto
694 e a Conselheira Mirian da Silva Queiroz Lima explicou que a questão da supervisão é uma
695 colocação da normativa, sendo que o Ministério iniciou em abril o projeto piloto com 30
696 entidades. Ponderou que em novembro haverá um representante do departamento envolvido,
697 que explicará com um pouco mais de detalhe. A Vice-Presidente sugeriu realizar a provação dos
698 demais itens antes de entrar no debate do marco regulatório, colocando o quarto, quinto, sexto e
699 sétimo em debate, e não havendo nenhum comentário, os itens foram aprovados. Seguindo para
700 o debate do marco regulatório, o Conselheiro Maurício José Silva Cunha, Representante do Centro
701 de Assistência e Desenvolvimento Integral – CADI, arrazoou que observam no marco regulatório
702 uma proposta de capacitação de gestores e de Conselheiros e questionou se já foi pensando sobre
703 a operacionalização dessa capacitação, pois as entidades possuem muitas dificuldades no âmbito
704 municipal. O Conselheiro Clodoaldo José Oliva Muchinski, Representante da Fundação Fé e Alegria
705 do Brasil, esclareceu que a Resolução nº 14 define os parâmetros para as inscrições das entidades
706 e a LOAS no seu Artigo 3º e 9º define quem são e como funcionam as entidades. A Conselheira
707 Célia Maria de Souza Melo Lima ponderou que possuem uma preocupação com aos próprios
708 estados e municípios em relação ao termo de fomento, pois a certificação é muito demorada e
709 que, o vínculo SUAS ainda não está regulamentado. A Conselheira Edna Aparecida Alegro
710 compreendeu que estão confundindo os itens, pois a parceria independe do SUAS e elucidou que
711 a exigência é ter inscrição no Conselho Municipal de Assistência. Articulou que a Lei nº 12.101 do
712 CEBAS cita que para entidades de assistência social é suficiente o vínculo SUAS para ser
713 certificando, entretanto, esse ponto ainda não foi regulamentado. Comentou que lhe preocupa a
714 questão de quando será obrigatória a inscrição no Conselho Municipal, pois precisam saber em
715 qual momento é obrigatória essa inscrição. A Sra. Carmen Lúcia Lopes Fogaça postulou que possui
716 dúvida em relação a simplificação da prestação de contas, pois cada município possui critérios
717 diferentes para realizá-la e intuiu que são necessários critérios mínimos para balizar. A Conselheira
718 Mirian da Silva Queiroz Lima ilustrou que existem questões na discussão que ainda não foram
719 especificadas, como a questão da capacitação, pois a lei coloca que a União criará programas de
720 capacitação em parceria com os estados e municípios, porém, ainda não está dado como
721 acontecerá. Salientou que a grande preocupação nas discussões da Câmara foi de como orientar

722 minimamente os gestores para aplicação da lei. Esclareceu que não existe uma relação direta em
723 fazer parceria no âmbito do marco regulatório com existência de certificação das entidades e que,
724 a inscrição no Conselho marcará o tempo de existência da entidade, uma vez que a lei traz um
725 escalonamento da existência das entidades para realização das parcerias. Relatou que a lei cita
726 que o tempo mínimo de existência exigido para as organizações será de um ano para os
727 municípios, dois anos para os estados e de três anos para a União, admitida a redução por ato
728 específico de cada ente na hipótese de nenhuma organização atingi-los. Com relação ao vínculo
729 SUAS, informou que desde final de 2014 existe uma minuta de decreto na Presidência aguardando
730 uma assinatura para o início de regulamentação. A Conselheira Norma Suely de Souza Carvalho
731 lembrou que os estados e municípios poderão realizar uma prestação de conta simplificada, desde
732 que esteja de acordo com a legislação própria de prestação de contas. O Conselheiro Leovane
733 Gregório compreendeu que o Conselho Municipal deve participar da verificação do edital para
734 conferir se o mesmo está dentro do Plano de Ação e Orçamentário e destacou que a prestação de
735 contas é muito importante, sugerindo que seja elaborado um aviso explicando sobre o assunto. A
736 Conselheira Mirian da Silva Queiroz Lima elucidou que no Artigo 30 da lei, com base nas
737 discussões da Câmara Técnica, ficou garantido que nas hipóteses de dispensa de chamamento as
738 entidades deverão ser credenciadas pelo órgão gestor, sendo que a Câmara Técnica e o MDSA
739 entendem como cadastradas as entidades incluídas no CNEAS. Acrescentou que existem minutas
740 de portarias que serão trazidas para conhecimento na Plenária de setembro. A Conselheira
741 Mariana de Sousa Machado Neris explicou que já está na especificidade do regramento do SUAS
742 que uma entidade é reconhecida de assistência social, se a mesma tem inscrição do Conselho e
743 que, a Câmara Técnica entende que o CNEAS seria o caminho para o credenciamento como
744 entidade de assistência social pelo órgão gestor, no que se trata do dispensando do chamamento
745 público. Indicou os *links* disponíveis de cursos e orientações sobre o marco regulatório e realizou a
746 leitura do Artigo 66 da Lei nº 13.019, que trata da prestação de contas. A Conselheira Norma Suely
747 de Souza Carvalho entendeu que o Conselho deve participar da construção do edital para que
748 tenha pleno conhecimento sobre o mesmo e relatou que seria importante incluir a questão do
749 papel do Conselho de Participação Social, que será criado a partir da lei. A Conselheira Edna
750 Aparecida Alegro intuiu que não compete ao Conselho participar na criação do edital e sim
751 verificá-lo. O Conselheiro Maurício José Silva Cunha inferiu que, talvez, caberia uma
752 recomendação do CNAS aos gestores ou um incentivo a capacitação através dos *links* para os
753 gestores, apontando caminhos práticos de formação no marco regulatório. A Conselheira Mariana
754 de Sousa Machado Neris discorreu que podem consultar outros materiais que tenham cursos
755 disponíveis e que, é objetivo da Câmara produzir materiais para o gestor da assistência. Comentou
756 que estão avaliando, além dos gestores, a necessidade de avanço em outros conteúdos que
757 envolvem o controle social e o papel dos Conselhos sobre a implementação da lei. A Vice-
758 Presidente sugeriu encerrar a reunião, continuando amanhã com o relato do Presidência
759 Ampliada, da Comissão de Financiamento e de Acompanhamento dos Conselhos. A Conselheira
760 Maira Leiliane Oliveira Almeida parabenizou a condução da Vice-Presidente e a Conselheira
761 Tathiane Aquino Araújo esclareceu que está se dividindo entre a reunião do CNAS e do Conselho
762 Nacional de Saúde, para conseguir cumprir a agenda. **ENCERRAMENTO 17/08/2016:** A Sra.
763 Carmen Lúcia Lopes Fogaça agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião. **ABERTURA**
764 **18/08/2016:** A Vice-Presidente, Conselheira Carmen Lúcia Lopes Fogaça, iniciou a reunião

765 cumprimentando a todos. Após a verificação do quórum, passou ao relato da Presidência
766 Ampliada elencando os presentes e ausentes na mesma. Arrazou que no ponto de pauta, informe
767 das reuniões Comissões Temáticas, mereceu destaque as seguintes Comissões: Comissão de
768 Acompanhamento de Benefício e Transferência de Renda com proposta de reunião extraordinária
769 no dia 12 de setembro e indicação da necessidade de pautar uma apresentação sobre a CIF com
770 previsão para Plenária de Outubro; Comissão de Acompanhamento aos Conselhos de Assistência
771 com proposta de adiar a Reunião Descentralizada e Ampliada do CNAS marcada para outubro para
772 o mês de novembro de 2016, em função das eleições municipais que acontecerão nesse mesmo
773 período, visto que a Secretaria Executiva informou que a próxima região a sediar a reunião deverá
774 ser na região Norte ou em Brasília e que caso seja confirmado na região Norte, a Presidência
775 enviará Ofício Circular para os estados da região solicitando manifestação daquele que poderá
776 sediar o evento. Com relação ao segundo ponto de pauta, Encontros Regionais do CNAS com o
777 CEAS e o CAS do Distrito Federal em agosto, ponderou que serão realizadas as seguintes reuniões:
778 Regional do CNAS com CEAS da região Norte no dia 24 e 26 de agosto em Porto Velho com a
779 presença da Conselheira Carmen Lúcia Lopes Fogaça, Conselheira Rosângela Maria Soares dos
780 Santos, Conselheira Márcia Cristina Leal Góes, Conselheira Laís Maranhão Santos Mendonça e o
781 apoio da Secretária Executiva Selda Souza; Regional do CNAS com CEAS da região Sul/ Sudeste no
782 dia 30 e 31 de agosto em Belo Horizonte com a presença do Presidente do CNAS, Conselheira
783 Silvia Regina Ramirez e Conselheira Solange Teixeira e apoio da Secretária Executiva Dorinha
784 Pereira. Articulou que foram realizados os seguintes convites: convite do Conselho Federal de
785 Psicologia para CNAS participar do III Seminário Nacional de Psicologia de Assistência Social –
786 Exercício Profissional e Avanços Éticos-políticos, nos dias 22 e 23 de agosto em Brasília, em que foi
787 indicada a participação da Conselheira Mariana de Sousa Machado Neris; convite para a seção
788 solene para o 10º Aniversário da Lei Maria da Penha no dia 17 de agosto, as 9h30, no Plenário do
789 Senado Federal, em que foi indicada a Conselheira Elisa Maciel Costa, uma vez que a mesma já
790 estaria no referido evento. Em relação ao quarto item de pauta, Selo Comemorativo do
791 Aniversário de 10 anos da Lei Maria da Penha, postulou que a Conselheira Elisa Maciel Costa
792 enviou um *e-mail* divulgando marcas de selos e solicitando que sejam utilizados nas mídias sociais,
793 assinatura de *e-mails* e meios de comunicação em geral em todo mês de agosto pelo CNAS, em
794 que a Presidência Ampliada sugeriu a utilização do selo pelo CNAS conforme proposto. Relatou
795 que no ponto de informes foram apresentados os seguintes itens: I) Ofício nº 150/2016/CEAS-
796 Minas Gerais, em resposta a solicitação de informações sobre o processo de apuração de denúncia
797 relativa ao município de Pedro Leopoldo de Minas Gerais, em que o encaminhamento foi a
798 sugestão da Presidência Ampliada de acusar o recebimento das informações para beneficiar o
799 CEAS de Minas Gerais pelo acompanhamento e reafirmar a importância da continuidade de
800 assessoramento ao Conselho Municipal; II) Ofício da Secretaria de Estado de Trabalho e Bem Estar
801 Social de Roraima, manifestando apoio a carta de Belém produzida pelos estados participantes do
802 Fórum Nacional dos Conselhos de Assistência Social realizada em Belém, no período de 11 a 13
803 maio de 2016, em que o encaminhamento foi a sugestão da Presidência Ampliada de acusar o
804 envolvimento da manifestação e informar que foi enviado no Ofício nº 35/2016 da Presidência do
805 CNAS de 28/07/2006 ao FONACEAS, que responde inclusive ao questionamento do sexto item do
806 referido ofício; III) *e-mail* enviado pela Secretária Executiva do CEAS Alagoas em 05/08/2016
807 informando sobre a parceria firmada entre o Conselho Estadual de Assistência Social de Alagoas e

808 a Secretaria de Estado de Assistência de Desenvolvimento Social e a Universidade Federal de
809 Alagoas, que pretendem aproximar essas entidades dos Conselhos Municipais de Assistência
810 Social, dando um suporte para atuação desses colegiados e promovendo a melhoria na prestação
811 de serviços a partir da qualificação e capacitação de Conselheiros, visto que a proposta é iniciar
812 um levantamento ainda 2016, abrangendo 11 Municípios da região metropolitana do Estado de
813 Alagoas, em que o encaminhamento foi a sugestão da Presidência Ampliada de parabenizar o
814 CEAS, a Secretaria de Estado e a Universidade Federal pela pesquisa e solicitar o envio da
815 resultado para conhecimento do CNAS. Apresentou o seguinte calendário de reunião: 247ª
816 Reunião Ordinária do CNAS nos dias 13, 14 e 15 de setembro de 2016; Reunião Extraordinária da
817 Comissão de Acompanhamento de Benefício, Transferência e Renda no 12 de setembro 2016;
818 Reunião das Comissões Temáticas no dia 13 de setembro; Reunião da Presidência Ampliada e
819 Comissão de Ética para dia 13 de setembro. Pauta 14/09/2016: 9h30 - Aprovação da Ata; 9h30
820 as 10h30 - Informes da Presidência, Secretaria Executiva, MDSA, FONSEAS, CONGEMAS, CIT e
821 Conselheiros; 10h30 as 11h30 - Relato da Comissão de Acompanhamento de Benefícios e
822 Transferência de Renda; 11h30 as 12h30 - Apresentação sobre a regulamentação do Decreto nº
823 8.805/2016, convidado Sr. Alan Camelo; 13h30 as 15h30 – Apresentação sobre a inclusão
824 produtiva, convidado CNAS; 15h30 as 18h00 – Debate sobre Marco Regulatório das Organizações
825 da Sociedade Civil, convidada Laís Lopes e uma indicação da Sociedade Civil. 15/09/2016: 9h00 as
826 9h30 - Apresentação sobre a concessão de diárias e passagem; 9h30 as 11h00 – Relato da
827 Presidência Ampliada e discussão sobre a 11ª Conferência Nacional de Assistência Social; 11h00 as
828 12h00 – Relato da Comissão de Ética; 14h00 as 15h00 – Relato da Comissão de Política de
829 Assistência; 15h00 as 16h00 – Relato da Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência;
830 16h00 as 17h00 – Relato da Comissão de Acompanhamento dos Conselhos de Assistência; 17h00
831 as 18h00 – Relato da Comissão de Normas da Assistência Social. A Vice-Presidente ponderou que
832 precisam deliberar sobre a alteração da Reunião Descentralizada e a Sra. Solange Teixeira afirmou
833 que concorda com a alteração. Havendo consenso da Plenária com a alteração, Conselheira
834 Solange Teixeira explicou que pelo o cronograma de trabalho a próxima reunião descentralizada
835 seria na região Norte, porém, ainda precisam consultar os estados se haveria interesse de sediá-la.
836 A Conselheira Rosângela Maria Soares dos Santos entendeu que precisam reafirmar a realização
837 da reunião na região Norte e a Sra. Carmen Lúcia Lopes Fogaça arrazoou que consultarão os
838 estados da região Norte e caso não haja interesse, a reunião será realizada em Brasília. A
839 Conselheira Solange Teixeira retificou que está sendo substituída na reunião regional do CNAS na
840 região Sul/Sudeste pela Conselheira Laís Maranhão Santos Mendonça. A Sra. Carmen Lúcia Lopes
841 Fogaça informou que a Secretária Maria das Mercês de Avelino Carvalho recebeu uma carta do
842 CEAS do Piauí sobre a reunião regional realizada no referido estado e a Secretária realizou a sua
843 leitura. O Conselheiro Leovane Gregório discorreu que também foi convocado para participar, pelo
844 Conselho Federal de Psicologia, da reunião regional do Norte. Com relação a seção solene dos 10
845 anos da Lei Maria da Penha, a Conselheira Elisa Maciel Costa informou que foi criado um
846 observatório fixo dentro do sistema de combate a violência contra mulher e um concurso
847 chamado “Um Minuto”, que tem como objetivo incentivar as denúncias em um minuto. Notificou
848 que a Lei Maria da Penha será indicada para receber o Prêmio Nobel da Paz. A Secretária Maria
849 das Mercês de Avelino Carvalho ponderou que receberam um convite da Pia Sociedade de São
850 Paulo que promoverá no dia 20 de setembro de 2016 o evento “Diálogos do Sul”, uma discussão

851 sobre a política da pessoa com deficiência a partir da Resolução CNAS nº 34 e seus
852 desdobramentos. Explanou que convidou o Conselho para participar de uma mesa redonda, sendo
853 que o propósito é a presença da Vice-Presidente, Sra. Carmen Lúcia Lopes Fogaça, por sua
854 eminente condição de Conselheira e militante da causa na Política de Assistência Social. A
855 Conselheira Maira Leiliane Oliveira Almeida comunicou que ontem o estado do Rio Grande do
856 Norte assinou um termo de cooperação técnico com a Justiça para a criação de um aplicativo para
857 que as mulheres vítimas de violência possam realizar denúncias. A Vice-Presidente salientou que
858 precisam pensar no tema para a próxima Conferência e a Conselheira Luziana Carvalho de
859 Albuquerque Maranhão propôs incluir um convidado da Sociedade Civil na apresentação do
860 Decreto nº 8.805/2016, na Plenária, para que seja realizado um debate enriquecedor, indicando a
861 Sra. Maria José. A Conselheira Solange Teixeira afirmou que a Sra. Maria José é uma profunda
862 conhecedora sobre o Benefício de Prestação Continuada, porém, compreendeu que a
863 apresentação será uma explicação da situação do decreto tecnicamente, não sendo uma discussão
864 política. A Conselheira Edna Aparecida Alegro intuiu que a representante da sociedade civil
865 enriquecerá o debate, trazendo conhecimentos para que esse Conselho possa ter condições de
866 analisar essa situação. Após várias manifestações, a Conselheira Solange Teixeira retirou a sua
867 explanação e a Sra. Carmen Lúcia Lopes Fogaça compreendeu que não houve nenhuma exposição
868 no sentido de não reconhecer o conhecimento técnico da Sra. Maria José e que, quanto mais
869 apoderarem da discussão, melhor será para o Conselho. A Conselheira Edna Aparecida Alegro
870 sugeriu que a Conselheira Samantha Oliveti de Goes ou um representante do INSS possa também
871 colaborar na apresentação com a visão do INSS e a Conselheira Samantha Oliveti de Goes
872 ponderou que o INSS possui uma grande preocupação de como se dará a operacionalização e
873 indicou uma representante do grupo que debate o BPC desde a entrada do serviço social no INSS,
874 Sra. Mariana. A Vice-Presidente intuiu que possuem um tempo escasso para a reunião de
875 setembro e sugeriu trazer a indicação da Conselheira Samantha Oliveti de Goes para a reunião de
876 outubro. A Conselheira Raquel de Fátima Antunes Martins articulou que a sua preocupação é
877 discutirem além daquilo que o Plenário havia proposto inicialmente de ouvir o Sr. Alan Camelo
878 Silva e intuiu que seria muito mais viável se pudessem separar essas discussões. Com consenso do
879 Plenário, a Sra. Maria José será convidada para a próxima Plenária. A Conselheira Silvia Regina
880 Ramirez, Representante da Fundação Projeto Pescar, solicitou que seja encaminhada previamente
881 a apresentação sobre a inclusão produtiva e a Vice-Presidente esclareceu que a Conselheira
882 Mariana de Sousa Machado Neris consultará se será possível enviar a mesma antecipadamente. A
883 Conselheira Mariana de Sousa Machado Neris explicou que essa apresentação foi uma sugestão da
884 Secretária Maria do Carmo Brant de Carvalho na reunião de julho, para que a mesma pudesse
885 trazer as discussões sobre o ACESSUAS TRABALHO. A Conselheira Luziana Carvalho de
886 Albuquerque Maranhão questionou se, a reunião trimestral prevista para setembro, deveria estar
887 inclusa na pauta da Presidência Ampliada e a Secretária Maria das Mercês de Avelino Carvalho
888 explicou que a realização da Reunião Trimestral do Conselho Nacional com os Conselhos Estaduais
889 deveria acontecer em setembro como uma proposta da Comissão de Acompanhamento dos
890 Conselhos, inclusive com uma proposta de tema. A Conselheira Solange Teixeira explanou que
891 terão que discutir, na reunião de setembro, no âmbito da Comissão sobre essa reunião para
892 apresentar na reunião da Presidência Ampliada, realizando a mesma em outubro. A Conselheira
893 Mariana de Sousa Machado Neris sugeriu alterar a pauta, trazendo a discussão do Decreto nº

894 8.805 para o período da tarde, as 15h30, do dia 14 de setembro, ficando a apresentação do marco
895 regulatório para o dia 15 de setembro após relato da Comissão de Norma. A Conselheira Célia
896 Maria de Souza Melo Lima lembrou que, em outubro, a Comissão de Política está convidando a
897 Secretária Nacional da Assistência Social para apresentar os resultados do ACESSUAS, sugerindo
898 retirá-la da pauta da Plenária de setembro e transferir para outubro. O Conselheiro Alberto Albino
899 dos Santos sugeriu que o item não seja excluído e a Vice-Presidente propôs convidar um
900 representante da Secretaria Nacional para a reunião da Comissão de Políticas para iniciar a
901 discussão, disponibilizando esse debate para o Pleno em setembro. Os Conselheiros concordam
902 em remeter o assunto para a Comissão de Políticas em setembro e transferir a apresentação dos
903 resultados para a Plenária em outubro. Aprovada a memória da reunião da Presidência Ampliada,
904 o Conselheiro Carlos Nambu iniciou o relato da Comissão de Financiamento e Orçamento
905 elencando os presentes. Postulou que o primeiro ponto de pauta foi a apreciação do relatório de
906 execução orçamentária do Fundo Nacional de Assistência Social do segundo trimestre de 2016.
907 Discorreu que a LOA aprovou para Fundo Nacional de Assistência Social um orçamento de
908 R\$48.261.777.630,00 e acrescentou que no segundo semestre houve reabertura de crédito
909 especial no valor de R\$400.000,00, totalizando R\$48.262.107.630,00. Apresentou os valores
910 gastos em benefícios assistenciais e serviços, programas e projetos de gestão e arrazoou que a
911 Comissão sugeriu a Plenária os seguintes encaminhamentos: I) elaboração de glossário de
912 orientação para as notas técnicas contendo os conceitos de ações, tipos de empenho, restos a
913 pagar, despesas liquidadas e demais itens;) incluir esclarecimento nas ações orçamentárias sem
914 execução; e aprovação do Relatório de Execução Orçamentária do Fundo Nacional da Assistência
915 Social – 2º trimestre, que consta na resolução em anexo. II) solicitar ao Fundo Nacional da
916 Assistência Social a atualização do manual orientador; orientações aos Conselhos de Assistência
917 Social sobre o Relatório de Execução Orçamentária, Financeira e dos Fundos de Assistência Social,
918 conforme a Portaria nº 113 de 10 dezembro de 2015, conjuntamente com CNAS. Articulou que o
919 segundo item de pauta foi Apreciação do Relatório da Ação nº 8249 – Funcionamento dos
920 Conselhos de Assistência Social, Primeiro semestre de 2016. Discorreu que a Secretária Executiva
921 Maria das Mercês de Avelino Carvalho apresentou o relatório e esclareceu que o mesmo
922 contempla as ações realizadas no Conselho no primeiro semestre de 2016, considerando como
923 base a posição do CIAF de 24 de junho de 2016. Elucidou que a PLOA 2016 apresentada pelo
924 Executivo ao Congresso Nacional em frente a Ação nº 8.249 foi de sete milhões de reais teve um
925 corte orçamentário na aprovação da Lei nº 13255 de 14 janeiro de 2016, ficando na ordem de
926 R\$6.390.353,00 e discriminou a mesma. Informou que o CNAS e entre outros realizou: a) cinco
927 reuniões ordinárias, incluindo as reuniões mensais de quatro Comissões Permanentes, quatro
928 reuniões da Comissão Ética, duas reuniões trimestrais com o CEAS e o CAS/DF, três reuniões da
929 Comissão Eleitoral, três reuniões da Subcomissão de Habilitação, quatro reuniões da Subcomissão
930 de Recurso e uma Assembleia de Eleição; b) aprovação de nove resoluções, Resolução CNAS nº 01
931 a 09 de 2016 publicadas no Diário Oficial da União e publicizadas no *site* do CNAS. Com relação a
932 diárias e passagens, arrazoou que os planos internos referentes as diárias de deslocamentos,
933 considerando os valores empenhados e os devidamente pagos, teve a execução de 24,97% e
934 referente as passagens áreas de 19,49% considerando para ambos o limite financeiro
935 disponibilizado. Relatou que a execução dos planos internos de serviços de taquigrafia e libras se
936 deu em conformidade com a necessidade de utilização do serviço dentro do prazo de vigência dos

937 contratos das empresas licitadas com o CNAS, sendo que o valor total do serviço de taquigrafia
938 ficou em R\$731.108,94, valor empenhado R\$150.000,00, valor a liquidar R\$15.148,00 e valor pago
939 R\$134.816,00, com um percentual de execução de 22,71%. O valor total do serviço de libras ficou
940 R\$450.000,00, valor empenhado R\$17.250,00, valor a liquidar R\$ 6.670,00 e o valor pago
941 R\$10.580,00, com um percentual de execução de 23,26%. Discorreu que os demais planos
942 internos são: apoio a espaço democrático de participação; impressão e encadernação do material
943 institucional; e manutenção e fortalecimento dos Conselhos Municipais, Estaduais e do Distrito
944 Federal destinados a apoiar as ações do CNAS a exemplo das reuniões trimestrais, regionais,
945 descentralizadas e ampliadas; eleição da Sociedade Civil do CNAS, publicações, materiais de
946 consumo e outros. Ressaltou que após a publicação do Decreto nº 8.670 de 2016, que estabeleceu
947 o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício 2016 e de outras
948 providencias em 1º de março de 2016, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
949 expediu a Portaria MP 67 de 2106 que estabeleceu a despesa a ser empenhada com a contratação
950 de bens e serviços e a concessão de diárias e passagem nos itens com natureza de despesa
951 especificadas no anexo I daquela portaria no âmbito dos órgãos e das unidades orçamentárias do
952 Poder Executivo no exercício 2016. Informou que o MDSA para o exercício 2016 estabeleceu para
953 essa unidade o limite de empenho para custeio de diárias e passagens em um valor aproximado de
954 R\$19.000,00 mensais, assim apresentou a execução do CNAS no primeiro semestre de 2016.
955 Comentou que a Secretária Executiva informou sobre o encaminhamento dos seguintes ofícios: I)
956 Ofício Circular nº 08 de 2016 – Presidência do CNAS/MDAS, em que o Conselho Nacional de
957 Assistência Social recomenda ao CEAS e o CAS/DF prever recursos orçamentários e financeiros no
958 exercício de 2017 para a realização das Conferências Estaduais e do Distrito Federal, bem como
959 garantir a presença da delegação de seu Estado na 11ª Conferência Nacional de Assistência Social,
960 solicitando que passe a mesma orientação aos Conselhos Municipais. II) Ofício Circular nº 02 de
961 2016 – CF/Presidência CNAS/MDSA, em que o Conselho Nacional de Assistência Social recomenda
962 aos Conselhos Estaduais e do Distrito Federal que se atente para a necessidade da aprovação da
963 proposta orçamentária para 2017, garantir a manutenção e a recomposição dos recursos
964 orçamentários e financeiros da Assistência Social no âmbito do estado e do Distrito Federal de
965 forma a preservar a continuidade da prestação dos serviços socioassistencias do SUAS, conforme
966 Decreto nº 5.085 de 2004. Esclareceu que o Ofício Circular nº 08 de 2016 resultou ainda em um
967 CNAS Informa divulgado no *site*, *blog* e *facebook*. Ponderou que a Comissão sugere a Plenária
968 como encaminhamentos: I) aprovação do relatório da execução orçamentária financeira da Ação
969 nº 8249 – Funcionamento dos Conselhos no 1º semestre de 2016; I) reencaminhar o CNAS Informa
970 diretamente ao Conselhos de Assistência Social sobre os ofícios circulares com a previsão
971 orçamentária e financeira para a realização do Ciclo Conferencial 2017 em manutenção do
972 orçamento da Assistência Social para 2017; III) pautar na reunião da Presidência Ampliada em
973 setembro as discussões e definições com relação aos encaminhamentos necessários para a
974 realização da 11ª Conferência Nacional da Assistência Social, com proposta de convocação e
975 constituição da Comissão Organizadora em novembro de 2016. Relatou que o terceiro item de
976 pauta foi a apresentação e discussão do Plano de Ação 2016/2018, em que a Comissão
977 consensuou que fizesse em primeiramente um estudo previu das metas, ações e estratégias do
978 Plano de Ação destacando as considerações para posterior discussão e para a definição de
979 responsáveis e prazo. Informou que a Comissão sugeriu como encaminhamento realizar o estudo

980 do Plano de Ação e fazer somente o debate dos destaques apresentados na próxima reunião.
981 Arrazouo que o quarto ponto de pauta foi a solicitação dos membros da Comissão sobre a
982 exoneração do servidor Becchara Rodrigues de Miranda que ocupava o cargo de Coordenador da
983 Comissão de Financiamento e Orçamento do CNAS. Ponderou que tendo em vista que a Comissão
984 teve o conhecimento da exoneração do servidor, diante do excelente trabalho desenvolvido pelo
985 mesmo na coordenação interna dos trabalhos, estão solicitando ao Pleno que oficie a quem é de
986 direito pleiteando o seu reenquadramento nos quadros desse Conselho. Ponderou que o quinto
987 item foi a definição da pauta para a reunião de setembro, tendo a seguinte proposta: Revisão do
988 Plano de Ação; Apreciação do Relatório de Gestão de 2015, convidado: Fundo Nacional da
989 Assistência Social; Apreciação da memória de cálculo da proposta orçamentária de 2017 sobre o
990 detalhamento das metas físicas consideradas no orçamento, convidado: SNAS; Estudo da
991 compatibilidade do período de aprovação dos planos de prestação de contas com os mandatos
992 dos Conselhos Estaduais e Municipais com posterior reunião conjunta com a Comissão de
993 Acompanhamento ao Conselhos para encaminhamentos, convidado: Carlos Nambu. Realizou a
994 leitura da minuta de resolução de aprovação da execução orçamentária e financeira do Fundo
995 Nacional de Assistência Social – FNAS, exercício de 2016, segundo trimestre, apresentado pela
996 Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Assistência Social – DFNAS, da Secretaria Nacional de
997 Assistência Social – SNAS, do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário – MDSA, finalizando
998 a sua apresentação. A Vice-Presidente sugeriu interromper a reunião para intervalo do almoço e
999 retornar com os destaques e aprovação no período da tarde. Os Conselheiros concordam com a
1000 sugestão, realizando assim o mesmo. A Vice-Presidente reiniciou a reunião no período da tarde
1001 iniciando o debate sobre o relato da Comissão de Financiamento e Orçamento. O Conselheiro
1002 Sávio Angelim Pereira ressaltou que há uma preocupação muito grande com a Execução
1003 Orçamentária de 2016, especialmente em relação a Emenda Parlamentar que está discutindo o
1004 congelamento dos anos seguintes e postulou que precisam saber que o orçamento de 2016 não
1005 poderá sofrer contingenciamento da Assistência Social. O Conselheiro Leovane Gregório destacou
1006 que a sua preocupação é com o dinheiro que de certa forma deveria estar nos estados e
1007 municípios, desde o ano passado, e não está e questionou quanto que está sendo repassado aos
1008 municípios e aos estados com relação ao dinheiro de 2015. Solicitou que o CNAS solicite ao
1009 Conselho Municipal e Estadual para saber o prejuízo que terá os beneficiários do Bolsa Família,
1010 pois o serviço não está sendo prestado ao usuário do município de Porto Alegre devido a
1011 problemas de recurso financeiro para pagar os servidores. Compreendeu que os problemas
1012 financeiros precisam estar explícitos e que, é necessário realizar um debate mais aprofundado
1013 sobre a questão do que é previsto orçamentariamente, do que é executado financeiramente e
1014 quais são os limites e impactos nos serviços, juntamente com o CONGEMAS e o FONSEAS. A Vice-
1015 Presidente compreendeu que podem solicitar um esclarecimento ao próprio Fundo para saber o
1016 que tem de saldo no município de Porto Alegre. O Conselheiro Sávio Angelim Pereira reforçou que
1017 precisam ter garantias de que receberão os recursos, para que os municípios não sejam
1018 prejudicados e a Conselheira Solange Teixeira explicou que os recurso do IGD são destinados a
1019 gestão do Bolsa Família e do Cadastro Único e que, são executados de acordo com a realização do
1020 trabalho do município e do estado, por isso há uma discrepância de valor. O Conselheiro Carlos
1021 Nambu discorreu que não conseguiram definir a meta física na última reunião, pois as vezes os
1022 municípios congelam os recursos e não utiliza, não havendo execução e inferiu que precisam ter

1023 realmente um diagnóstico mais detalhado da execução ou não. A Conselheira Maira Leiliane
1024 Oliveira Almeida ponderou que existe um esforço coletivo do CONGEMAS com o FONSEAS para
1025 que possam colaborar com os municípios que estejam tendo dificuldade de gastar o recurso,
1026 porém, acrescentou que existem alguns municípios que não estão com os repasses regulares.
1027 Informou que a Comissão apreciará o Relatório de Gestão de 2015 realizando a rebatimento do
1028 orçamento de 2015 e que, foi solicitado a apresentação de como foi chegado aos números para o
1029 orçamento de 2017. Explanou que os “restos a pagar” usa o orçamento do ano anterior e não gera
1030 nenhum impacto. O Conselheiro Leovane Gregório entendeu que discutir o orçamento não é fácil,
1031 pois muitas vezes precisam mensurar o repasse com o que foi feito e que, o CONGEMAS poderia
1032 ajudar no debate se o atraso de repasse comprometeu ou não a execução dos serviços na ponta e
1033 como é a dinâmica que existe hoje por parte do Fundo Nacional de Assistência Social para pagar os
1034 municípios. Postulou que precisam saber o que aconteceu com a relação a prática do serviço com
1035 a questão sobre o financeiro e destacou que o debate dinheiro/serviço dever ser feito. A
1036 Conselheira Raquel de Fátima Antunes Martins relatou que o objetivo nesse momento é analisar
1037 as contas, tentar identificar se o papel do Fundo está sendo devidamente cumprido e aprovar ou
1038 não as contas ou a forma que vem administrando e trabalhando. Explanou que existe um texto de
1039 discussão do IPEA, nº 1724, que traz uma análise das grandes características da nova lógica de
1040 financiamento do repasse Fundo a Fundo com enfoque no serviço a ser estruturado, preservando
1041 a autonomia dos entes que recebem o recurso e ao mesmo tempo um serviço fortalecido.
1042 Compreendeu que precisam pensar como o serviço está sendo feito, qual é o papel do CNAS, qual
1043 é o papel do Governo Federal com relação aos serviços que estão sendo ofertados e a sua
1044 qualidade. Elucidou que o grande compromisso do Sistema do Fundo a Fundo é que haja de fato
1045 um repasse por parte do cofinanciamento estadual e que os municípios também possam fazê-lo. A
1046 Conselheira Maira Leiliane Oliveira Almeida concordou que precisam debruçar e estudar sobre os
1047 custos dos serviços para realizar o rateio entre os três entes e entendeu que o Conselho
1048 amadurecerá muito quando conseguir fazer a leitura do relatório de gestão e observar o impacto
1049 do mesmo em relação ao orçamento. O Conselheiro Carlos Nambu inferiu que precisam de alguns
1050 parâmetros antes de solicitar informações ao Fundo e a Vice-Presidente arrazoou que será
1051 encaminhada a solicitação de esclarecimento ao Conselho Estadual do Rio Grande do Sul com
1052 relação à situação da prestação de serviço aos usuários nos CRAS do município de Porto Alegre e a
1053 solicitação ao Fundo Nacional da Assistência Social de análise da situação repasses executados e a
1054 serem executados no município de Porto Alegre. A Conselheira Maira Leiliane Oliveira Almeida
1055 esclareceu que o encaminhamento para nota técnica já foi realizado, assim como o glossário e os
1056 esclarecimentos das ações, restando apenas a aprovação do Pleno. Com relação a apreciação do
1057 Relatório da Ação nº 8.249 – Funcionamento dos Conselhos de Assistência Social, Primeiro
1058 semestre de 2016, o Conselheiro Leovane Gregório discorreu que o CNAS está executando pouco
1059 os seus recursos e intuiu que precisam solicitar a Secretaria Executiva do MDSA informação de
1060 qual é o recurso financeiro que o Conselho tem para trabalhar até o final de 2016, para priorizar
1061 algumas ações e executá-las. Sugeriu realizar uma consultoria para criar determinados parâmetros
1062 para realizar o debate sobre a parte financeira. A Secretária Maria das Mercês de Avelino Carvalho
1063 explicou que na apresentação da Ação 8.249 na Comissão de Financiamento, colocou que haviam
1064 solicitado a Secretaria Executiva do MDSA à questão do limite, que é decorrente da MP do
1065 Planejamento. No caso do Conselho Nacional, informou que possui limite mensal no valor de R\$

1066 60.612 mil com relação a passagens e diárias, sendo R\$ 42.428,42 mil para passagens mensais, e
1067 R\$ 18.183,61 mil para diárias. Com relação a contratação da consultoria, explicou que existe todo
1068 um planejamento junto ao próprio Ministério com a indicação de Consultorias. Ponderou que
1069 possuem um recurso de R\$200 mil para destinar as publicações e justificou que até a data de
1070 apresentação do relatório não havia realizado nenhuma reunião regional e descentralizada, sendo
1071 que a partir de julho a execução de manutenção e fortalecimento dos Conselhos subirá para cerca
1072 de 50%. A Sra. Carmen Lúcia Lopes Fogaça sugeriu consultar a Secretária Executiva sobre os
1073 recursos e o motivo de não poder utilizá-los e a Conselheira Solange Teixeira informou que a
1074 SENARC também está com um corte severo nos recursos e tiveram que reduzir drasticamente as
1075 viagens. Compreendeu que devem e possuem o direito de solicitar a Secretária uma prestação de
1076 esclarecimentos. O Conselheiro Clodoaldo José Oliva Muchinski explanou que seria interessante
1077 um esclarecimento sobre o processo de junção dos Ministérios, uma vez que a MP 67 é anterior a
1078 junção dos Ministérios e a mesma consta ainda com valores separados. Em relação a
1079 exoneração do servidor Becchara Rodrigues de Miranda, a Conselheira Solange Teixeira articulou
1080 que o Pleno nunca avaliou atos administrativos da gestão e questionou se a Comissão possui
1081 competência de questioná-lo. O Conselheiro Carlos Nambu explicou que a Comissão não pensou
1082 em ingerência em aspecto administrativo quando discutiu essa situação e entendeu que a
1083 Comissão tem o direito de se manifestar, uma vez que o fato interferiu no bom andamento dos
1084 trabalhos. A Conselheira Solange Teixeira inferiu que o Pleno também tem que rever outros atos,
1085 porque o andamento da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos e de Normas estão
1086 prejudicadas pela falta de suas coordenações. A Vice-Presidente Carmen Lúcia Lopes Fogaça
1087 concordou que a explanação da Conselheira Solange Teixeira e entendeu que poderiam propor
1088 recomposição da coordenação da Comissão de Normas e da Comissão de Acompanhamento aos
1089 Conselhos. A Secretária Maria das Mercês de Avelino Carvalho explicou que o servidor Becchara
1090 Rodrigues de Miranda foi convidado para trabalhar pelo Fundo Nacional de Assistência Social,
1091 sendo que a sua nomeação está tramitando ainda na Casa Civil e informou que o Presidente Fábio
1092 Moassab Bruni se comprometeu junto a Secretária Nacional, de providenciar as demais
1093 nomeações dos coordenadores. A Conselheira Rosângela Maria Soares dos Santos, Representante
1094 do Fórum Nacional dos Usuário de Assistência Social – FNUSUAS/PA, compreendeu que um dos
1095 encaminhamentos seria solicitar a recomposição do corpo técnico imediatamente de todas as
1096 Comissões, para que seja dado suporte técnico de trabalho. A Vice-Presidente colocou para o
1097 Pleno se mantém esse encaminhamento ou altera colocando como uma reposição de todos os
1098 cargos e o Conselheiro Carlos Nambu questionou os membros da Comissão se concordam com o
1099 encaminhamento e havendo consenso, foi alterado o encaminhamento da Comissão para
1100 encaminhamento da Plenária. Aprovado o encaminhamento do Plenário referente a solicitação de
1101 recomposição do corpo técnicos das Comissões, a Conselheira Márcia Cristina Leal Góes sugeriu a
1102 inclusão da análise da PEC 241 na pauta da Comissão para a reunião de setembro e o Conselheiro
1103 Sávio Angelin Pereira realizou a leitura da nota conjunta do Colegiado Nacional de Gestores
1104 Municipais de Assistência Social, do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde –
1105 CONASEMS e da União Nacional dos Dirigentes de Educação - UNDIME, que justifica o pedido de
1106 inclusão. A Vice-Presidente solicitou autorização para disponibilizarem essa nota do CONGEMAS
1107 no *site* do CNAS para que seja divulgada. O Conselheiro Alberto Albino dos Santos esclareceu que
1108 a pauta da Comissão está bastante atrasada e solicitou que a inclusão seja realizada na reunião de

1109 outubro. A Conselheira Elisa Maciel Costa solicitou que fosse alterada a expressão “povos
1110 tradicionais” para “povos e comunidades tradicionais” na nota. O Conselheiro Carlos Nambu
1111 compreendeu que o debate da PEC não remete a Comissão de Financiamento, mas sim em outras
1112 Comissões e o Conselheiro Benedito Augusto de Oliveira inferiu que seria importante debater essa
1113 questão, inclusive na perspectiva de saber qual atitude devem tomar, pois a mesma compromete
1114 em curto prazo todo o orçamento das políticas públicas. Destacou que também devem debater a
1115 PEC 257, que trata sobre os contratos de funcionalismo. A Conselheira Luziana Carvalho de
1116 Albuquerque Maranhão ratificou que todas as instâncias estão sendo reivindicadas para se
1117 posicionar sobre a PEC 241 e a Conselheira Célia Maria de Souza Melo Lima elucidou que é pouco
1118 apenas uma Comissão específica tratar desse assunto e que, deveriam discutir urgentemente,
1119 sugerindo talvez criar uma Comissão para tratar da questão. A Conselheira Mariana de Sousa
1120 Machado Neris compreendeu que esse debate precisa de tempo para ser qualificado e que,
1121 precisa ter grande relevância e prioridade no Conselho, propondo a criação de um grupo de
1122 trabalho para iniciar a análise da PEC, com dois representantes da sociedade civil e dois
1123 representantes do Governo. A Sra. Carmen Lúcia Lopes Fogaça colocou para deliberação do
1124 Conselho a disponibilização da nota no *site* do CNAS e da criação da Comissão e havendo o
1125 consenso de todos os Conselheiros, as propostas foram aprovadas. Prosseguindo para a votação
1126 da Resolução de aprovação da execução orçamentária e financeira do Fundo Nacional de
1127 Assistência Social – FNAS, exercício de 2016, segundo trimestre, apresentado pela Diretoria
1128 Executiva do Fundo Nacional de Assistência Social – DFNAS, da Secretaria Nacional de Assistência
1129 Social – SNAS, do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário - MDSA, a Vice-Presidente
1130 colocou para apreciação dos Conselheiros a aprovação ou não da mesma e havendo 14 votos
1131 favoráveis e nenhum contra, a resolução foi aprovada. Com a indicação para compor o grupo de
1132 trabalho do Conselheiro Benedito Augusto de Oliveira e a Conselheira Elisa Maciel Costa pela
1133 sociedade civil e a Conselheira Márcia Cristina Leal Góes e o Conselheiro Sávio Angelim Pereira
1134 pelo Governo, e com a aprovação do relatório da Comissão de Financiamento e Orçamento, a
1135 Conselheira Luziana Carvalho de Albuquerque Maranhão iniciou o relato da reunião Comissão de
1136 Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social elencando os presentes. Arrazouo que o
1137 primeiro ponto de pauta foi o esclarecimento e nivelamento sobre a utilização do IGD Bolsa e
1138 IGDSUAS, em que foi realizada uma explicação sobre os seus procedimentos pelo Sr. Gláucio
1139 Coimbra Cardoso, da Coordenação de Gestão Descentralizada. Explanou que na exposição sobre o
1140 IGDSUAS, realizada pelo Sr. André Santos, houve a exposição sobre a sua importância e
1141 operacionalização e realizou alguns esclarecimentos. Informou que o encaminhamento da
1142 Comissão foi enviar as duas exposições a todos os Conselhos Estaduais e Municipais e aos
1143 Conselheiros membros da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos. Discorreu que o
1144 segundo item de pauta foi a avaliação das reuniões regionais do Centro-Oeste e Nordeste, visto
1145 que a reunião do Centro-Oeste contou com a participação dos estados de Goiás, Mato Grosso e
1146 Mato Grosso do Sul, visto que o Distrito Federal não participou. Foi organizada e contou com uma
1147 infraestrutura muito boa, percebeu-se grande necessidade de informações sobre a utilização de
1148 IGD, sobre o planejamento de Conselho e foram retirados os seguintes encaminhamentos: I)
1149 fortalecer o canal de comunicação entre a Comissão e os Conselhos através de vídeos, de Portarias
1150 e Resoluções; II) participação da Secretaria Executiva nas reuniões; III) aprimorar a estratégia de
1151 elaboração do Plano de Trabalho e aumentar o tempo de debate. Na Reunião Regional do

1152 Nordeste apenas o CEAS da Paraíba e de Sergipe não estavam presentes e todos apresentaram os
1153 seus Planos de Trabalho, retirando o seguinte encaminhamento: realização de mais encontros no
1154 CNAS com o CEAS. Ponderou que foram incluído três *e-mails* recebidos pelo CNAS na pauta do
1155 CEAS de Minas Gerais, de Marabá/PA e de Carapicuíba/SP, sendo que o CEAS de Marabá, como de
1156 Carapicuíba, solicitaram duas vagas para as reuniões regionais e o CEAS de Minas Gerais solicitou a
1157 inclusão na pauta da discussão sobre o Decreto-Lei Federal 8.805 de 07/07/2016. Informou que os
1158 encaminhamentos foram: I) enviar a solicitação da disponibilização das duas vagas ao CEAS de
1159 Marabá e de Carapicuíba aos Conselhos Municipais de Assistência Social; II) envio do ofício ao
1160 CEAS de Minas Gerais informando a inclusão do debate sobre o Decreto-Lei Federal 8.805 e
1161 informando que o horário disponível será no final da manhã do dia 31 de agosto. Articulou que o
1162 terceiro item de pauta foi o cronograma de datas de execução do Plano de Atenção da Comissão
1163 de Acompanhamento aos Conselhos, que foi analisado levando em consideração a priorização e a
1164 hierarquização do referido plano. Notificou foram retirados os seguintes encaminhamentos: a)
1165 Prioridade I e II: Solicitar ao CEAS através de *e-mail* qual a estruturação do CNAS do seu estado,
1166 reforçar através de *e-mail* ao CEAS solicitando os mesmos informes os Conselhos Municipais de
1167 Assistência Social; b) Prioridade III: Elaborar um formulário de avaliação da capacitação promovida
1168 pela Política Nacional de Educação Permanente; responsáveis: Márcia Cristina Leal Góes, Leovane
1169 Gregório, Maria José Vasconcelos Barreto Carvalho e Rosângela Maria Soares dos Santos; c)
1170 Prioridade IV: Marcar reunião conjunta com a Comissão de Política para discutir as funções da
1171 vigilância social, e definir itens que devem constar nas orientações a serem elaboradas. Divulgar
1172 junto aos Conselhos e Conselheiros as funções da vigilância social. Realizar reunião conjunta com a
1173 Comissão de Normas para discutir o CNEAS; d) Prioridade V: Enviar informações de IGD do Bolsa
1174 Família, IGD/SUAS, enviar dados do Censo SUAS de cada Conselho. Elaboração de cartilhas e
1175 *folders* sobre a importância do Conselho Nacional de Assistência Social e dos CAS. Relatou que o
1176 quarto item de pauta foi a definição da pauta da reunião de setembro, ficando da seguinte
1177 maneira: A avaliação das Reuniões Regionais Norte e Sul/Sudeste; Definição do Conselheiro de
1178 referência para cada ação do plano da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos, podendo
1179 em alguns pontos contar com dois Conselheiros; Apresentação do instrumental e outros assuntos.
1180 Elucidou que foi sugerido que a reunião descentralizada do Conselho Nacional de Assistência
1181 Social seja realizada no dia 22 e 23 de novembro, tendo em vista o período eleitoral, porém,
1182 lembrou que isso já foi discutido pelo Pleno. Destacou que haverá problemas com a reunião
1183 trimestral em outubro, também tendo em vista o período eleição, uma vez que possuem uma
1184 proposta que o IGDSUAS e o IGD sejam tema da próxima reunião trimestral, propondo discutir
1185 essa questão. A Conselheira Laís Maranhão Santos Mendonça informou que haverá, em breve, um
1186 curso EAD sobre o IGD/PBF e solicitou que os Conselheiros divulgassem junto aos Conselhos
1187 Estaduais e Municipais. Com relação a proposta de pauta para a reunião trimestral, a Conselheira
1188 Célia Maria de Souza Melo Lima entendeu que possuem outros assuntos importantes, como o
1189 Marco Regulatório da Sociedade Civil e o Conselheiro Leovane Gregório sugeriu incluir na pauta
1190 um momento de reflexão sobre os Planos de Ação dos Conselhos Municipais. A Vice-Presidente
1191 ponderou que a proposta feita pela Conselheira Luziana Carvalho de Albuquerque Maranhão é um
1192 demanda dos encontros dos Conselhos e a Conselheira Luziana Carvalho de Albuquerque
1193 Maranhão acrescentou que a Conselheira Maria Cristina de Oliveira Marques apresentará o
1194 instrumental do EAD e informou que terá julgamento de processo ético no seu Conselho, em que

1195 será relatora em três processos, não podendo permanecer na reunião do dia 16 de setembro.
1196 Aprovado o relatório da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social, o
1197 Conselheiro Clodoaldo José Oliva Muchinski comunicou que o Sr. Aginaldo Lima é indicação da
1198 sociedade civil para o debate sobre o Marco Regulatório. **ENCERRAMENTO 18/09/2016:** A Vice-
1199 Presidente Carmen Lúcia Lopes Fogaça agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.